



Breves ensaios acerca de vivências literárias no Rio Grande do Sul

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

57



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt
Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



Breves ensaios acerca de vivências literárias no Rio Grande do Sul



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Breves ensaios acerca de vivências literárias no Rio Grande do Sul



UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2022

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Breves ensaios acerca de vivências literárias no Rio Grande do Sul
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 57
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Agosto de 2022

ISBN – 978-65-89557-64-7

CAPA: Fragmento de representação da lira poética estampada na folha de rosto do livro *Psaltério* de Mário de Artagão.

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

Apresentação

A mais meridional unidade administrativa do Brasil teve a sua formação histórica profundamente marcada pelo militarismo. Desde as disputas territoriais da época colonial, quando portugueses e espanhóis disputaram palmo a palmo as terras sulinas; passando pelo período imperial, marcado pela Revolução Farroupilha e pelos tantos enfrentamentos bélicos contra os vizinhos platinos uruguaios, argentinos e paraguaios; e, já nos tempos republicanos, as duas guerras civis entre rebeldes e legalistas, com a Revolução Federalista e a Revolução de 1923, além da própria Revolução de 1930, momento decisivo da formação histórica brasileira; o Rio Grande do Sul teve na ação militar uma de suas tônicas. A partir de tal processo estabeleceu-se uma sociedade calcada em certo pragmatismo, com oligarcas latifundiários voltando-se a exercer as funções de oficialato em tais disputas, enquanto a soldadesca era composta pela peonada, em geral vinculada por razões clientelistas àqueles caudilhos. Nesse contexto o espaço para o desenvolvimento das lides intelectuais passou a ser complementar em relação à preponderância militar.

As identidades nacionais e regionais embasadas em tais caminhos passaram a ser debatidas no Rio Grande do Sul a partir de uma série de homens e mulheres de letras que, paulatinamente, foram buscando seus espaços, expressando-se por meio de uma produção literária editada em diversos meios impressos, como o jornalístico e o bibliográfico. Empreendendo caminhadas

que envolviam variadas áreas do conhecimento humano, esses intelectuais, em verso e prosa, apresentaram suas versões a respeito de conjunturas locais, regionais, nacionais e internacionais. Conhecidos pela alcunha de literatos, alguns desses intelectuais chegaram a atingir notoriedade, enquanto outros ficaram praticamente esquecidos. Nessa linha, diversos autores nem sempre “tiveram ampla divulgação, seus livros não existem nas melhores bibliotecas”, bem como “sua vida e seu merecimento intelectual, a ação que desenvolveram, as influências que determinaram, são coisas ignoradas pela maioria dos leitores”¹. De acordo com tal perspectiva, este livro promove a retomada de vários artigos, reunindo-os em uma única publicação que, na forma de breves estudos de caso, visa à análise de algumas das vivências literárias realizadas no Rio Grande do Sul, desde a segunda metade do século XIX até as primeiras décadas da centúria seguinte.

¹ CESAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. 3.ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; CORAG, 2006. p. 25.

SUMÁRIO

A imprensa literária rio-grandina na segunda metade do século XIX / 13

Literatura de viagem: retratos da colonização sul-riograndense na visão de uma poetisa europeia / 49

A produção literária de um poeta sul-riograndense: uma breve incursão ao pensamento e à obra de Mário de Artagão / 69

A construção do mito do dragão gaúcho na produção literária rio-grandense-do-sul: uma introdução à obra de Fernando Luiz Osório / 95

A imprensa literária rio-grandina na segunda metade do século XIX*

*Surge enfim a aurora da literatura.
No horizonte infindo desponta um astro divinal e
sublime – é o sol da inteligência!
Vem – teus raios de luz, lampejos celestes e
animadores, vivificam e exaltam as imaginações
adolescentes, extinguem as ridículas fantasmagorias
desta época de positivismo, e dão aos painéis da
natureza mais brilho e magnificência. (...)
As guardas da civilização bradam de um extremo a
outro da Província.
– Alerta!
E esse ígneo grito repercute no espaço como o ronco
estridente do trovão precursor da tempestade. (...)
Caminho à posteridade.*

Arcadia

Uma introdução à história da imprensa rio- grandina no século XIX

Ao longo do século XIX, a cidade do Rio Grande constituiu-se numa das mais importantes cidades sul-

* Texto publicado originalmente em *Artexto – Revista do Departamento de Letras e Artes*. Rio Grande: Editora da FURG, 2000, v. 11, p. 9-28.

rio-grandenses, atuando decisivamente no escoamento da produção pecuária gaúcha, ou seja, servindo como verdadeira porta de entrada da Província. Esse contexto de significativo crescimento econômico, avanço urbano, expansão populacional e relativo progresso cultural tornou-se campo razoavelmente fértil às práticas jornalísticas que evoluíram consideravelmente junto à comunidade rio-grandina, durante aquela época, e o próprio desenvolvimento da imprensa também serviu à caracterização da cidade como um dos mananciais de civilização na sociedade rio-grandense. Acompanhando o fato que a cidade do Rio Grande desempenhou papel primordial no contexto sul-rio-grandense, a imprensa rio-grandina foi uma das mais destacadas do Rio Grande do Sul e mesmo do Brasil, tanto pela quantidade, quanto pela qualidade de seus periódicos. Assim, além de ter sido uma das primeiras localidades gaúchas a possuir jornais, o Rio Grande teve algumas das mais perenes folhas em termos provinciais/estaduais, as quais chegaram a circular por mais de seis décadas. Nesse sentido, o jornalismo praticado na cidade portuária acompanhou, passo a passo, de modo muito próximo, a evolução do conjunto da imprensa brasileira do século XIX.

O Porto do Rio Grande não representou apenas “a porta de entrada” da Província em termos do comércio de mercadorias, servindo também à circulação de informações, ideias e opiniões, pois, durante significativo período, as notícias chegavam ao sul, através dos jornais do Rio e da Europa, vindos de navio, por meio do Rio Grande. Era ainda comum a reprodução de notícias de periódicos do centro do país e estrangeiros, porém, a recíproca também era verdadeira,

BREVES ENSAIOS ACERCA DE VIVÊNCIAS LITERÁRIAS NO RIO GRANDE DO SUL

uma vez que jornais porto-alegrenses e até da Corte reproduziam informações (e opiniões) prestadas pelas folhas rio-grandinas. Além disto, havia também um intercâmbio entre os jornalistas, pois muitos dos “escritores públicos” que atuaram no Rio Grande, já haviam trabalhado ou viriam a atuar em atividades jornalísticas no centro do país. Ao lado dessa circulação de notícias, a imprensa rio-grandina atuou constantemente na emissão e construção de uma prática discursiva, dando voz aos mais variados grupos, frentes ou partidos políticos que atuaram no contexto regional e nacional, notadamente durante a formação do Estado Nacional Brasileiro e a transição da Monarquia à República.

Nesse quadro, a evolução da imprensa rio-grandina, no século XIX, acompanhou o processo de desenvolvimento do jornalismo brasileiro, mormente do gaúcho, tanto no aspecto cronológico quanto nas estruturas de organização e sustentação. Mesmo com alguma defasagem com relação aos progressos das atividades jornalísticas na Capital Imperial/Federal, o jornalismo na cidade do Rio Grande desenvolveu-se de modo coetâneo com o da maior parte da conjuntura nacional e chegou a ser pioneiro, se relacionado com a conjuntura regional. Dessa maneira, a imprensa rio-grandina desenvolveu-se num processo no qual podem ser identificadas três fases: a primeira, entre 1832 e 1845, foi marcada pelas origens das atividades jornalísticas na cidade; a segunda, desde a metade da década de quarenta até o final da de sessenta, caracterizou-se por um crescimento e diversificação dos periódicos, surgindo então a maior parte dos diários rio-grandinos de extensa longevidade; e a terceira, nas três últimas

décadas do século XIX, quando deu-se um processo de amplo desenvolvimento e apogeu do jornalismo rio-grandino, até os prenúncios da crise que culminaria com o declínio, na virada daquela centúria para a seguinte.

Foi na conjuntura de disputas político-partidárias e de crise revolucionária do Período Regencial que ocorreu a gênese da imprensa na cidade do Rio Grande, marcada pelo tenso clima político da formação do Estado Nacional Brasileiro e pelos confrontos partidários e ideológicos dos quais resultaria a Revolução Farroupilha. Desenvolveu-se, então, a primeira fase do jornalismo rio-grandino que, refletindo o clima de embates do momento, foi essencialmente político-partidário. Os jornais, mesmo que com níveis de aproximação variáveis, tiveram uma íntima relação com a preparação da guerra civil, manifestando-se, assim, através dos periódicos, o confronto entre rebeldes e legalistas, numa verdadeira batalha de palavras. Certas folhas ainda intentaram pautar sua linha editorial na neutralidade, na equidistância, na moderação e na conciliação, essa imprensa que visava certa neutralidade não encontrou, no entanto, muito espaço para desenvolver-se, tendo em vista o amplo predomínio do jornalismo político-opinativo.

Dessa forma, desde a criação dos primeiros jornais até a eclosão do movimento rebelde e a ruptura institucional, com a criação da República Rio-Grandense, entre 1832 e 1836, a imprensa passou por uma etapa de avanço praticamente constante. A partir de então ocorreu uma tendência ao declínio, culminando no período entre 1842 e 1844, com o completo desaparecimento das atividades jornalísticas. Essa ausência de jornais deveu-se ao próprio desgaste

BREVES ENSAIOS ACERCA DE VIVÊNCIAS LITERÁRIAS NO RIO GRANDE DO SUL

político-militar advindo do prolongamento da guerra, trazendo também, como consequência direta, a crise econômica para a Província. Além disto, a legislação de imprensa que passou a vigorar em dezembro de 1841 também serviu para inibir a continuidade do jornalismo opinativo predominante à época, uma vez que os pequenos crimes, entre os quais os de imprensa, passaram a ser averiguados pelos delegados de polícia, o que colocava os jornais sob o controle mais direto e incisivo das autoridades locais. Somente a partir de 1845, com a pacificação provincial, a imprensa seria retomada na cidade do Rio Grande. Esse renascimento do jornalismo, acompanhando a recuperação econômica e a estabilidade política, constituía-se no prenúncio da nova fase de crescimento e diversificação em que entraria a imprensa rio-grandina.

A segunda fase da imprensa rio-grandina desenvolveu-se após a pacificação da Província. Refletindo uma condição que marcou as atividades jornalísticas brasileiras como um todo, também na cidade do Rio Grande o jornalismo passou por um período de arrefecimento dos debates políticos. Ainda assim, o jornalismo crítico-opinativo não deixou de existir e viria a pronunciar-se através de uma série de folhas de pequeno formato, circulação extremamente irregular, duração efêmera e que se utilizavam, na maioria das vezes, de um palavreado chulo e virulento, eram os pasquins. Nessa época, diversificava-se a imprensa rio-grandina e, junto dos pasquins, passaram a circular folhas dedicadas a um jornalismo mais informativo, os noticiosos, e periódicos preocupados com a propagação cultural, através da divulgação da literatura. Nesse momento, apareceram também os

jornais diários que, se consolidando na fase seguinte, viriam a representar a grande imprensa rio-grandina da época, passando a ser publicados *O Rio-Grandense*, criado em 1845 e tornando-se diário a partir de 1850, vindo a desaparecer em 1858, o *Diario do Rio Grande*, fundado em 1848, *O Commercial* e o *Echo do Sul*, que circularam no Rio Grande a partir de 1858 e o *Artista*, criado, em 1862, como semanário dos artistas, mas que viria a afirmar-se como uma das mais longevas folhas diárias rio-grandinas.

Dessa maneira, tal etapa caracterizou-se por ser uma fase de transição nas atividades jornalísticas, marcada por uma evolução nas técnicas da produção do jornal, buscava-se aprimorar a qualidade das folhas e estabelecer um sistema mais rentável de distribuição e venda dos números avulsos e das assinaturas. Como etapa de transição, a segunda fase da imprensa rio-grandina guardou características tanto da que lhe antecedeu, quanto daquela que lhe sucederia, pois, através dos pasquins, permaneceu o jornalismo opinativo, calcado no debate, porém com a supremacia das discussões pessoais sobre as políticas; e, através de uma diversificação das práticas jornalísticas, foram dados os passos iniciais em direção a uma especialização da imprensa, típica da terceira fase. Os avanços quantitativos, marcadamente no que se referiu aos pasquins, e qualitativo, mais especificamente dos noticiosos e literários, anunciavam também o terceiro período, o de maior desenvolvimento do jornalismo rio-grandino.

A terceira fase da imprensa rio-grandina correspondeu a um processo marcado pelo apogeu do jornalismo praticado na cidade, durante as três últimas

BREVES ENSAIOS ACERCA DE VIVÊNCIAS LITERÁRIAS NO RIO GRANDE DO SUL

décadas do século XIX, até o declínio das atividades jornalísticas, nos primórdios da centúria seguinte. Essa etapa de amplo desenvolvimento reproduzia o fenômeno que caracterizava tanto a imprensa brasileira quanto a sul-rio-grandense, ocorrendo uma representativa expansão das práticas jornalísticas por todo o país, além do que os jornais passaram por constantes melhorias na sua elaboração, no aprimoramento tecnológico das tipografias, no aumento do formato, na maior eficiência na distribuição e na ampliação da matéria publicitária. Circulavam, nessa época, desde os jornais diários, já bem estruturados e garantindo uma distribuição regular, até uma grande quantidade de pequenas folhas, em geral, pouco perenes e de circulação irregular, refletindo suas dificuldades de organização e sustentação. Nesse sentido, desde o final dos anos sessenta até o início da década de noventa, ocorreu um vasto crescimento nas atividades jornalísticas. A maioria dos diários se consolidou nesse período, pois, à exceção do *Commercial* que deixou de circular nos anos oitenta, tanto o *Diário do Rio Grande*, quanto o *Artista* e o *Echo do Sul* viveram suas fases mais prósperas ao longo das três últimas décadas do século XIX. Até mesmo alguns dos representantes da pequena imprensa conseguiram níveis de organização e tempo de sobrevivência até então não atingidos por esse tipo de publicação. Ao lado desse novo avanço quantitativo-qualitativo, ocorreu também na cidade portuária uma diversificação ainda mais profunda que na fase anterior, passando o jornalismo por uma etapa de especialização, surgindo periódicos que visavam atender, mais especificamente, a determinados grupos ou segmentos da sociedade.

Nessa época ocorreu um renascimento do debate político-partidário através da imprensa, pois, mesmo que não houvesse desaparecido de todo, ele foi significativamente abrandado durante a fase anterior. O novo avanço do jornalismo político deu-se mormente a partir da inversão partidária de 1868, acompanhando o acirramento das disputas que a partir de então marcaria a vida política brasileira. No Rio Grande do Sul, onde a transição Monarquia - República foi extremamente marcada pelas disputas políticas que redundariam nas militares, o jornalismo de cunho político-partidário encontrou campo bastante fértil para desenvolver-se. Além dos debates da época imperial, a bipolarização política entre o castilhismo e seus opositores foi amplamente traduzida e fermentada através da imprensa. Outro setor do jornalismo rio-grandino que muito se desenvolveu nessa terceira fase foi o da imprensa caricata. A progressão desses jornais refletia a crescente popularidade que a caricatura obtinha em grande parte do país, e, através de seus desenhos e textos carregados de ironia, as folhas caricatas criticavam a sociedade, os costumes e, preferencialmente, a política. Ainda continuaram circulando nessa fase, de acordo com a diversificação que já se iniciara na etapa anterior e estendeu-se até a virada do século, uma série de jornais noticiosos e literários, além dos pasquins. Também nesse período desenvolveram-se folhas ligadas a determinadas propostas ou projetos específicos, e/ou setores representativos da comunidade rio-grandina como os militares, os produtores agrícolas e industriais os trabalhadores, os protestantes, os espíritas, os maçons e a colônia portuguesa.

BREVES ENSAIOS ACERCA DE VIVÊNCIAS LITERÁRIAS NO RIO GRANDE DO SUL

Um processo de declínio já se fazia sentir junto à imprensa rio-grandina na segunda metade da década de noventa. A constante repressão ao jornalismo, típica dos primeiros tempos republicanos, representaria um grande obstáculo ao desenvolvimento da imprensa, pois a censura, as ameaças e as perseguições, que se acentuavam à medida em que a crise revolucionária se avolumava, levaram à suspensão da circulação e até ao desaparecimento de diversos jornais. A crise política, agregada à crise econômica, desencadeou a decadência do jornalismo rio-grandino, além disto, uma outra fase da evolução da imprensa já se anunciava, na qual a concorrência se tornaria ainda mais acirrada, somente resistindo aqueles que melhor se adaptassem a essa nova etapa. Eram os primórdios da denominada imprensa empresarial, fase caracterizada por um processo cada vez mais crescente de concentração das atividades jornalísticas, passando a, cada vez mais, predominar as grandes empresas, em detrimento da imprensa artesanal, num processo que se acentuaria irremediavelmente durante o século XX. Mudava também a orientação editorial desse novo jornalismo, de modo que o debate de cunho político-partidário passou a perder espaço junto ao jornalismo empresarial, pois, de acordo com suas propostas essencialmente informativas, passaram a predominar os chamados órgãos independentes, nos quais, não necessariamente de forma neutra, até a política era tratada como notícia e não como matéria de discussão.

No Rio Grande, essa concentração das atividades jornalísticas representou o agravamento do refluxo que vinha se gerando desde a segunda metade da década de noventa. Alguns representantes da pequena imprensa

ainda conseguiram continuar circulando até os primórdios do século XX, quando deu-se um verdadeiro encerramento de ciclo quanto à existência dessas folhas. Já os grandes diários teriam ainda mais acentuado o seu processo de decadência e crise, que redundaria no desaparecimento para o *Diário do Rio Grande*, em 1910, e para o *Artista*, em 1912. Somente o *Echo do Sul* conseguiu garantir a sua sobrevivência até 1934, numa constante busca pela modernização e adaptação às circunstâncias de então. Esse declínio da imprensa na virada da centúria, cuja tendência foi de agravar-se de modo progressivo, refletia a perda de importância e o empobrecimento que o conjunto da comunidade rio-grandina passaria a sofrer, paulatinamente, durante o século XX, mormente a partir da sua segunda metade. Viria, assim, a desaparecer, gradativamente, aquela característica que marcara a cidade portuária durante o século XIX, na qual a imprensa reproduzia, mesmo que em menores proporções, as práticas jornalísticas entabuladas no centro do país, constituindo-se em verdadeiro “jornalismo de ponta” nos quadros da imprensa brasileira e sul-rio-grandense.

A imprensa literária: fragmentos de uma história

A divulgação de matéria literária constituiu-se numa tradição junto à imprensa rio-grandina, mormente nos jornais diários que, desde cedo, dedicaram certo espaço em suas páginas para apresentar trechos de obras literárias, através da seção “Folhetim”. Essa seção, no

BREVES ENSAIOS ACERCA DE VIVÊNCIAS LITERÁRIAS NO RIO GRANDE DO SUL

entanto, destinava-se, essencialmente, a divulgar escritos de autores estrangeiros ou de renomados escritores brasileiros, ou seja, os “clássicos” da literatura, não ocorrendo maiores oportunidades para os poetas e prosadores da conjuntura local ou regional. Além disto, os folhetins eram apresentados ao “pé-de-página” e apareciam (ou desapareciam) de acordo com o espaço disponível, não sendo considerado como uma matéria imprescindível à publicação como um todo. A seção folhetim caracterizava-se ainda por uma simples transcrição das obras, não havendo nenhuma preocupação em abordar mais profundamente ou discutir aspectos ligados à literatura como a temática, a história ou a crítica.

Foi somente a partir do final da década de sessenta que passou a desenvolver-se um jornalismo essencialmente vinculado à divulgação literária. Repetindo um fenômeno que se dava nas maiores cidades do país², as folhas literárias eram, normalmente, iniciativa dos próprios autores ou de indivíduos ligados à difusão da literatura. Esses periódicos surgiam numa fase de transformação das práticas jornalísticas, respondendo a uma nova conjuntura socioeconômica e política que se anunciava, onde “as preocupações com a cultura, as ciências e as humanidades se encontravam em embrião, fomentando a procura por material de leitura e atualidade capaz de desenvolvê-lo”. Nesse sentido, as publicações literárias “se gestaram nesse contexto social, especializando-se progressivamente no

² Cfe. SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 225-228.

atendimento dessas novas necessidades”³. Nessa linha, “o surgimento dessa imprensa literária insere-se num processo de desenvolvimento cultural da cidade do Rio Grande, no qual a imprensa desempenhava significativo papel na demonstração de que a ‘porta de entrada’ da Província era bafejada pelos princípios básicos da civilização, conforme os padrões europeus”⁴.

Dessa forma, as folhas literárias se espalhavam pela Corte e pelas províncias, servindo à difusão cultural, além de proporcionarem entretenimento ao público leitor e o “jornalismo de ponta” realizado na cidade do Rio Grande, reproduziria essas práticas, circulando junto dessa comunidade alguns dos mais importantes periódicos literários do Rio Grande do Sul. Nesse quadro, “o desenvolvimento da literatura rio-grandense do século XIX” esteve “intimamente vinculado ao aparecimento da imprensa”, pois os periódicos literários tiveram “efetiva influência na produção literária” da Província e “na sua conseqüente divulgação”, uma vez que “os primeiros autores rio-grandenses recorriam aos órgãos de imprensa devido às grandes dificuldades que encontravam para a publicação e difusão de suas obras”⁵. Foram divulgados nos jornais

³ RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993. p. 44.

⁴ ALVES, Francisco das Neves. *Nos limiares da civilização: a imprensa literária rio-grandina na década de 1860*. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Por uma história multidisciplinar do Rio Grande*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999. p. 49.

⁵ BAUMGARTEN, Carlos Alexandre & SILVEIRA, Carmen Consuelo. O Partenon Literário: imprensa e sociedade literária. In: ZILBERMAN, Regina et alii. *O Partenon Literário*:

BREVES ENSAIOS ACERCA DE VIVÊNCIAS LITERÁRIAS NO RIO GRANDE DO SUL

literários rio-grandinos trabalhos dos “mais representativos” autores rio-grandenses, “bem como romances, contos, textos críticos e correspondência entre homens ligados ao movimento cultural da Província”⁶. Assim, esses jornais tiveram fundamental importância para o enriquecimento cultural sul-rio-grandense, permitindo uma maior popularização da incipiente literatura local e regional.

A primeira e mais importante folha literária rio-grandina foi a *Arcadia*⁷, editada na cidade, entre 1867 e

poesia e prosa - antologia. Porto Alegre: EST - São Lourenço de Brindes, Instituto Cultural Português, 1980. p. 12.

⁶ BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *Literatura e crítica na imprensa do Rio Grande do Sul (1868 a 1880)*. Porto Alegre: EST - São Lourenço de Brindes, 1982. p. 26-27.

⁷ Sobre a importância da *Arcadia*, Carlos Baumgarten explica: “Em suas páginas podem ser encontrados trabalhos assinados por aqueles que viriam a constituir a primeira geração importante de intelectuais gaúchos. Entre eles, destacam-se Aquiles e Apolinário Porto Alegre, Menezes Paredes, Bernardo Taveira Júnior, Aurélio de Bittencourt, Hilário Ribeiro e muitos outros que desenvolveram larga e produtiva atividade cultural mesmo depois de extinta a *Arcadia*. (...) Desenvolvendo grande parte de sua atividade como órgão do Grêmio Literário Rio-Grandense, a *Arcadia* foi, sem dúvida, uma das inspiradoras do movimento que viria culminar com a fundação, em Porto Alegre, da Sociedade Partenon Literário, a mais importante associação cultural surgida no Rio Grande do Sul do século XIX. (...) Numa época em que o Estado dava seus primeiros passos no sentido de afirmar-se culturalmente, o periódico rio-grandino desempenhou papel fundamental no desenvolvimento e afirmação do ideário de base romântica já há muito estabelecido no centro do país. Nesse sentido, deu espaço a poetas, romancistas, críticos e historiadores que

1869. Era um jornal semanal “literário, histórico e biográfico”, pretendendo ser também “ilustrado”, sendo impresso, no início, na Tipografia do *Diário do Rio Grande* e, posteriormente, em tipografia própria de seu diretor, Antônio Joaquim Dias⁸. Esse periódico utilizava uma técnica de publicação bastante interessante, onde cada um dos jornais correspondia a um fascículo, cuja reunião permitia a elaboração de um livro. A *Arcadia* desenvolveu-se em quatro “séries” (1867, 1868, 1869 e 1870), as três primeiras na cidade do Rio Grande e a última em Pelotas, para onde se deslocou seu proprietário. Ainda no final da década de sessenta, circulou na cidade portuária, entre março e novembro de

encontraram em suas páginas o espaço necessário para a divulgação de suas obras e idéias.” BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *A Arcadia e a história literária sulina*. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Por uma história multidisciplinar do Rio Grande*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999. p. 44-45.

⁸ Segundo Guilhermino Cesar, “Antônio Joaquim Dias, de nacionalidade portuguesa, veio ainda jovem para o Rio Grande do Sul e fundou na cidade do Rio Grande o periódico *Arcadia*, em Pelotas, o *Jornal do Comércio*” e, “em 1875, o *Correio Mercantil*. A ideia da criação da Biblioteca Pública Pelotense foi sugerida e amparada por ele, numa das campanhas do seu jornal. (...) A tenacidade com que Antônio Joaquim Dias, naqueles tempos, manteve a sua publicação (...) revela o admirável espírito de luta de uma geração. Bem cuidada, bem impressa, publicando o que se escrevia de melhor na Província, a *Arcadia* por mais de três anos divulgou exclusivamente matéria literária e pesquisas históricas”. CESAR, Guilhermino. *História da literatura no Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre, Globo, 1971. p. 166-167.

1868, a *Inubia*, uma publicação dominical, editada na Tipografia do *Artista*, que se apresentava como um “periódico literário”, significando seu título uma trompa indígena de guerra, trombeta ou corneta com a qual pretendeu fazer ecoar certa cultura literária pela cidade do Rio Grande. Os proprietários da *Inubia*, Cardoso, Lemos, Mello e A. Estrela, eram todos empregados de *O Artista* e o chefe da redação foi Menezes Paredes⁹, contando também com colaboradores diversos.

Nas três últimas décadas do século XIX até a virada para a centúria seguinte, mantiveram-se as publicações ligadas à literatura. Nessa época, circulou *A Grinalda* (1870-1), um “periódico literário, crítico e recreativo”, editado semestralmente, de propriedade de “Guimarães, Pinto & Cia.”, que se identificavam como operários do *Echo do Sul* e impresso na tipografia desse jornal. *A Violeta* (1878-9) foi outro “periódico literário, instrutivo e recreativo”, uma edição dominical, publicada em tipografia própria da redatora e proprietária Julieta de Mello Monteiro¹⁰. Mantendo uma

⁹ Juvêncio Augusto de Menezes Paredes (1848-1882), poeta e dramaturgo rio-grandense, foi professor e deputado à Assembleia Provincial, além de redator de periódicos na zona sul da Província. Dados obtidos a partir de: CESAR. p. 222-223.

¹⁰ Julieta de Mello Monteiro (1863-1928), além de jornalista, foi professora, poetisa, contista e teatróloga; junto da irmã, Revocata Heloísa de Mello, publicou a revista *Corymbo*, que circulou desde 1885 até a década de 1930. Dados obtidos a partir de MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, Instituto Estadual do Livro, 1978. p. 375 e VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. *Notas de bibliografia sul-rio-*

tradição familiar ligada à divulgação literária, Octaviano de Mello publicou o *Arauto das Letras* (1882-9), um “órgão dedicado à mocidade rio-grandense” que contou com a colaboração das irmãs Revocata de Mello e Julieta Monteiro, além de uma série de outros colaboradores e foi editado, inicialmente, na Tipografia do *Commercial* e, posteriormente, em tipografia própria. Outro “jornal crítico, literário e noticioso” foi *A Lanterna* (1893-4), hebdomadário de propriedade de J.J. Toscano e redatores diversos. O *Correio Literário* (1900), outra folha dominical, impressa em oficina própria, era de propriedade de uma associação, tendo por diretores Penedo de Abreu e João Crisóstomo de Freitas¹¹. Finalmente, já no século XX, foi publicado *O Recreio* (1901), jornal semanal apresentado como “órgão da mocidade”, impresso na tipografia de *A Razão*, de propriedade de Barcellos Júnior e com redatores diversos. A investigação dos exemplares remanescentes de tais folhas permite a identificação de alguns fragmentos da história dessa imprensa literária.

grandense: autores. Porto Alegre: “A Nação”, Instituto Estadual do Livro. p. 325.

¹¹ O rio-grandino João Crisóstomo de Freitas (1880-1950) atuou no jornalismo desde os dezessete anos, publicando *O Estado* e trabalhando no *Echo do Sul* (Rio Grande), *O Libertador* (Pelotas) e *Jornal da Manhã* (Porto Alegre), foi também advogado, professor, contista, filólogo e teatrólogo. Dados obtidos a partir de: MARTINS. p. 232; e VILLAS-BÔAS. p. 203-204.

A opção pela literatura

Uma das grandes preocupações dos jornais literários esteve ligada ao constante intento de demonstrar que suas propostas eram essencialmente culturais, não devendo suas páginas destinar espaço a outro tipo de matéria que não estivesse ligada à literatura, à arte ou ao entretenimento. Esse objetivo das folhas literárias ficou associado à busca por uma “superação da pasquinagem”, então bastante em voga, bem como ao objetivo de tornar-se “progressivamente uma alternativa ao jornalismo político-partidário” predominante em significativa parte da existência do jornalismo gaúcho e rio-grandino. Ao lado dos noticiosos, os literários procuraram romper com a situação então vigente, “especializando-se na difusão de notícias e na discussão de assuntos de atualidade sem compromisso doutrinário”¹². Era, assim, uma tentativa de criar um jornalismo alternativo à prática intrinsecamente opinativa que marcava a imprensa até aquele momento.

Nesse sentido, a *Arcadia*, como a mais importante publicação de seu gênero na cidade do Rio Grande, foi também uma das que mais se preocupou em demarcar sua seara estritamente literária. Afirmava, assim, estar “alheia a esse rumor contínuo em que se agita o jornalismo em geral” e, ao encerrar sua primeira série, orgulhava-se de ter cumprido “à risca o seu programa”, não arredando “um só passo do caminho que prometeu

¹² RÜDIGER. p. 44.

seguir – sempre exclusivamente literária”. A *Arcadia* chegou a criticar às demais folhas literárias que não seguiram o mesmo caminho, questionando: “À *Arcadia* sucederam-se na Província outros pequenos periódicos que se inculcavam literários, – porém quanto tempo perseveram, quase todos, em bons princípios?”; e respondia: “Sem querermos ofender, lamentamos que alguns deles, aberrando suas doutrinas, tenham-se tornado vozes isoladas de paixões pessoais ou postes infamantes onde jurem-se honras e reputações” Já na sua última edição rio-grandina, a folha literária ainda chamava atenção para que não viesse a ser confundida com os pasquins que então circulavam em larga escala: “Ninguém terá visto a *Arcadia* imergir-se nos paus da calúnia e da intriga. – A rasoura da imparcialidade e da justiça, tomamos sempre para o nosso procedimento”, permanecendo, portanto, como a “heroína da pugna literária”¹³.

Na mesma linha, a *Inubia* propunha-se a respeitar “individualidades”, não se prestando a publicar o anônimo ou a ferir interesses pessoais, considerando-se “uma filha da verdadeira arte, daquela que se baseia na prosperidade pela honradez e pelo labor”. O jornal elegia como meta o “sacro sacerdócio da imprensa”, ao render “homenagem à honra”, estimulando “as virtudes e desprezando as máculas que a calúnia infiltra”; e, mesmo quando crítico, alegava fazer uma “crítica sincera”, a qual apontava “os erros, abandonando à crítica mordaz que acabrunha as vítimas”; garantindo jamais ter rompido o “véu que encobre o sagrado

¹³ *ARCADIA*. Rio Grande, 12 maio 1867; última edição da 1ª série - 1867; 16 fev. 1868; 19 jul. 1869.

santuário do lar doméstico”. Desse modo, a *Inubia* afirmava que sempre buscara afastar-se das lutas quando antevia “inglório triunfo, porém, no momento que algum antagonista se apresenta, lançando a luva no vasto campo das ideias, então medir-se-ão os gladiadores com as polidas armas da sã inteligência”¹⁴.

A isenção quanto à prática da pasquinagem também era destacada pela *Violeta*, ao afirmar: “Cremos que fielmente temos cumprido com o nosso programa o que é forçoso confessar, a muitos tem desagradado, visto não nos ocuparmos com a vida alheia”¹⁵. Os jornais literários da virada do século buscavam manter essa proposta de divulgação de matérias exclusivamente ligadas à literatura, caso de *O Recreio* que, na sua edição de estreia, assim apresentava-se: “O aparecimento deste semanário não significa, nem representa um acontecimento na república das letras, porquanto os seus guias, os que o vão conduzir pela estrada já percorrida pelos outros, não sonhando com a conquista de glórias”, só visavam “trabalhar para o engrandecimento de tudo quanto é belo e grandioso e que se resume nas artes, na música e na poesia”¹⁶. Nesse contexto as folhas literárias rio-grandinas que circularam na segunda metade do século XIX buscaram demarcar o seu território, na prática de um jornalismo mais ameno, voltado à erudição e ao entretenimento, em oposição às folhas de caráter opinativo que sustentaram os mais variados

¹⁴ *INUBIA*. Rio Grande, 15 mar. 1868; 17 maio 1868; 6 set. 1868; 13 set. 1868.

¹⁵ *VIOLETA*. Rio Grande, 22 set. 1878.

¹⁶ *O RECREIO*. Rio Grande, 18 ago. 1901.

embates político-partidários e/ou pessoais, típicos da formação histórica sul-rio-grandense.

Os obstáculos à caminhada

As iniciativas ligadas ao jornalismo literário estiveram quase sempre vinculadas às práticas da pequena imprensa, ou seja, eram periódicos, em geral, de pequeno formato, distribuição não-diária e que apresentavam sérias dificuldades na manutenção de sua circulação regular. Normalmente, eram folhas de confecção artesanal nas quais um único indivíduo executava as mais variadas funções, desde a elaboração até a distribuição do produto final. Muitas vezes sem empregados, era o próprio proprietário quem se encarregava da redação, da formatação, do trabalho tipográfico e das vendas dessas folhas, as quais nem sempre eram impressas em oficinas próprias, dependendo dos serviços de terceiros para imprimirem seus jornais. Nesse sentido, a imprensa literária também apresentou esse caráter de ser implementada a partir de iniciativas individuais que, apesar dos constantes obstáculos e, às vezes, das condições precárias, conseguiram manter a circulação de periódicos de razoável qualidade editorial, apesar da pouca perenidade.

Nessa linha, o proprietário da *Arcadia* afirmava “impossibilitados de admitir operários, pelo pequeno número de subscritores, constantemente fizemos o trabalho tipográfico da *Arcadia*, imprimimos e distribuímos algumas vezes, além da contribuição

intelectual nos exíguos limites de uma inculta e fraca inteligência". O editor do jornal reclamava também do pouco interesse demonstrado pela população, comparando o incentivo dado à literatura em Portugal, ao passo que, "por hora, quase o inverso passa-se entre nós: a *emulação* torna-se em egoísmo e, em vez de apoio, aparece a inveja esculpida nos tipos da ignorância, de qualquer forma predominando sobre a inteligência e, por conseguinte, sorvendo-lhe a seiva que a poderia nutrir". Na sua última edição no Rio Grande, aquele proprietário afirmava que sua tarefa fora árdua para vencer os percalços colocados à frente da continuidade de seu jornal: "francamente, resistir ao indiferentismo da época, aos golpes traiçoeiros de invejosos desafetos, ao murmúrio dos maldizentes, vencer todos esses miseráveis empecilhos e seguir ovante pela estrada do útil e do bem, deixando à retaguarda os zoilos a morderem-se de raiva – é glória e heroísmo"¹⁷.

A falta de interesse pela leitura também foi destacada pela *Violeta* ao afirmar que a cada momento ouvia-se "falar em progresso, civilização, amor ao estudo, etc., porém embalde procuramos vê-los, não sabemos onde se ocultam", uma vez que "a maior parte da mocidade detesta as letras porque aborrece o estudo". Apesar disto, ressaltava a folha literária que, como "todas as regras têm exceção, consegue-se, lutando com algumas dificuldades manter a existência de *jornaizinhos literários*"; e complementava: "Não se zanguem conosco aqueles em que couber a 'carapuça' e aceitem os nossos cordiais agradecimentos os que com suas valiosas

¹⁷ ARCADIA. Rio Grande, última edição da 1ª série – 1867; 16 fev. 1868; 19 jul. 1869.

proteções têm concorrido para que se possa cultivar essa frágil e pequena ‘flor’”¹⁸. A esse respeito, o *Arauto das Letras*, referindo-se à arte em geral, afirmava que os empreendimentos artísticos tinham de enfrentar um campo pouco fértil à cultura, onde tratava-se, “em geral, com pouca humanidade qualquer trabalho mental, criado entre nós, quando isso devia ser justamente o inverso do nosso proceder”¹⁹.

Outra dificuldade na manutenção das folhas literárias esteve ligada ao inadimplemento dos assinantes, que tiravam a praticamente solitária forma de arrecadação dessa imprensa. Isto levava os jornais a manifestarem-se abertamente contra essa situação, como no anúncio: “Pela última vez rogamos aqueles senhores que desde o começo desta folha ainda não satisfizeram sua assinatura, hajam de ter a bondade de mandar solvê-la”, caso contrário, “mau grado nosso, suspenderemos a entrega da folha, declarando os nomes dos que deixaram de cumprir seu dever”²⁰. Da mesma forma, a *Violeta* publicava o seguinte aviso: “A todos os nossos favorecedores tanto desse lugar como de fora dele que ainda se acham em débito com esta pequena empresa, rogamos o obséquio de mandarem quanto antes satisfazer suas assinaturas, pelo que lhes ficaremos sumamente gratas”²¹.

¹⁸ VIOLETA. 22 set. 1878.

¹⁹ O ARAUTO DAS LETRAS. Rio Grande, 27 jan. 1889.

²⁰ INUBIA. Rio Grande, 13 set. 1868.

²¹ VIOLETA. Rio Grande, 1º dez. 1878. Ainda a respeito do problema da distribuição e do pagamento das assinaturas, a *Violeta* publicou essa nota: “PROCEDIMENTO INQUALIFICÁVEL – Só assim se poderá chamar aquele que acabam de ter conosco

BREVES ENSAIOS ACERCA DE VIVÊNCIAS LITERÁRIAS NO RIO GRANDE DO SUL

Os obstáculos relacionavam-se também com a dificuldade na obtenção de matérias, como destaca a *Inubia* ao descrever, de forma bem humorada, as peripécias de um redator para conseguir a composição de seu periódico. Diante da argumentação de que a vida dos “publicistas” era fácil, o jornal reagia, negando quando se tratasse de uma folha literária, se comparada aos outros gêneros em circulação à época. Enfatizava, assim, que, quando o periódico era “comercial ou noticioso”, a situação era mais simples, podendo-se publicar um “inesgotável catálogo das chegadas e saídas de pessoas ilustres”, os preços dos mais variados produtos, “boatos falsos sobre a guerra”, e, como

os nossos assinantes residentes na cidade de Pelotas. Durante um semestre enviamos ao Sr. José Isidoro da Silva quantia muito superior a cem jornais, para que ele, na qualidade de agente, distribuisse-os pelos nossos assinantes, redações, etc. Quase ao concluir-se o trimestre, enviamos ao mesmo senhor os recibos para que ele procedesse à cobrança, visto que o pagamento é adiantado. Grande, porém, foi a nossa surpresa, quando ele nos mandou dizer que ‘todos’ os assinantes negavam-se a pagar pelo motivo de que a *Violeta* há muito não publicava crônicas daquele lugar, deixando por isso de interessar aos assinantes. Não quisemos crer que entre tantas pessoas não houvesse uma que se interessasse pela literatura e que todas fossem assinantes por mera curiosidade de novidades, pelo que resolvemos encarregar a outrem da cobrança. Pelo novo agente acaba-nos de ser participado que as pessoas negam-se ao pagamento, dando como motivo justo o não terem recebido jornais durante todo o trimestre (!!!). Não sabemos pois de quem nos devemos queixar e só temos a dizer que procedimentos desta ordem não tem palavras que o qualifiquem”. *VIOLETA*. Rio Grande, 22 set. 1878.

“sublime recurso”, havia a possibilidade dos anúncios. No mesmo sentido, descrevia as facilidades do redator de uma folha política, que podia proclamar, “num artigo de fundo, ideias de um extremo republicanismo, ou monarquismo”, atacava ou elogiava o ministério e os deputados, falava “da vida alheia”, enfim, vociferava “contra tudo”. Já o redator de um periódico de tendência literária passava por problemas de bem mais difícil solução, principalmente quando os textos prometidos não eram encaminhados e, para que o jornal não ficasse incompleto, tinha de recorrer a “extrações de outras folhas”; isso, porém, não agradava aos leitores exigentes, fazendo com que o próprio redator, à última hora, tivesse de, “por força, escrever alguma coisa”²².

O caráter artesanal e a impossibilidade de aquisição de pessoal para a realização das diversas tarefas, ficando sobrecarregados os proprietários, foram outros fatores que limitaram a ação da imprensa literária. A impossibilidade de manter uma circulação regular foi um dos elementos motivados por aqueles fatores, ocorrendo, diversas vezes, a interrupção das edições. Exemplo desse caso esteve vinculado às escusas publicadas pela *Violeta*: “Àqueles de nossos assinantes que se tinham adiantado em pagamentos com esta pequena empresa, avisamos de que nada sofrerão os seus interesses com a interrupção que acaba de ter esse *jornalzinho*, visto que teremos o cuidado de indenizá-los dessa falta”. O mesmo jornal, a respeito das falhas na distribuição, avisava: “Sendo nós da máxima responsabilidade na remessa de nosso *jornalzinho*, não sabemos a que, ou a quem atribuir o descaminho que o

²² INUBIA. Rio Grande, 5 abr. 1868.

mesmo leva, pois que são contínuas as reclamações que recebemos”²³. O fato do proprietário transformar-se em verdadeiro “faz tudo” a serviço do jornal, fazia com que qualquer problema de saúde ou perda de familiares desse mesmo proprietário levassem a uma interrupção na publicação. Os limites tecnológicos era um outro problema enfrentado por esses jornais, como pode ser detectado nesse aviso: “Não foi ontem distribuído como pretendíamos esse periódico, em consequência de se ter quebrado à última hora a terceira página. Pedimos desculpa”²⁴.

As propostas de uma crítica literária

Alguns pressupostos referentes a uma renovação e ao estabelecimento dos rudimentos de uma crítica literária vão ser lançados nas páginas das folhas rio-grandinas da segunda metade do século XIX. Essa crítica literária, “tal como era praticada no período, possuía um caráter bem mais amplo do que apresenta hoje, uma vez

²³ *VIOLETA*. Rio Grande, 6 abr. 1879; 1 jun. 1879. A respeito das rupturas na periodicidade, a folha também declarava: “Aos nossos assinantes a quem de coração agradecemos a proteção que até hoje nos têm dispensado, pedimos mil desculpas pela irregularidade com que ultimamente tem sido distribuída a nossa pequena folha. Com a entrada de novo mês e trimestre faremos todo o possível para que não se reproduzam essas irregularidades, esperando também que não nos abandone o favor público”. *VIOLETA*. Rio Grande, 6 jul. 1879.

²⁴ *ARAUTO DAS LETRAS*. Rio Grande, 27 jan. 1889.

que se caracterizava pela produção de ensaios cuja preocupação era orientar a vida da Província nos mais variados campos do conhecimento e não exclusivamente com o exame do texto literário propriamente dito”²⁵. Assim, o que se apresentava nessas publicações “eram princípios gerais que buscavam orientar o pensamento regional em todo e qualquer campo, fosse ele político, científico ou artístico”. Além disto, a crítica então praticada pelos jornais literários “era por demais ingênua e pouco profunda”, uma vez que os periódicos “se limitavam a noticiar a publicação de um ou outro livro”, faziam “o elogio fácil, sem maiores compromissos” e “as opiniões, normalmente, eram motivadas por simpatias pessoais, onde o mérito da obra raramente era analisado”²⁶. Tais propostas de crítica empregadas pelos jornais literários de então consistiram os primeiros passos em direção a uma crítica literária mais metódica e organizada.

Essas ideias de renovação e da crítica literária deram-se de acordo com os cânones do romantismo, de modo que “com o surto de periódicos literários, notadamente a partir de 1868, é que se iniciou e se consolidou a produção e a crítica literárias dentro dos moldes românticos”²⁷. De acordo com esses princípios, os jornais apontavam que, em suas páginas, iriam suscitar-se “questões literárias”, já que “as discussões são proveitosas porque delas surge a luz”, garantindo-se

²⁵ BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *A crítica literária no Rio Grande do Sul: do romantismo ao modernismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, Instituto Estadual do Livro, 1997. p. 94.

²⁶ BAUMGARTEN. 1982. p. 33 e 37-38.

²⁷ BAUMGARTEN. 1982. p. 33.

ter “infindo prazer em ver debatida qualquer matéria (...) toda a vez que a linguagem esteja na altura da dignidade do elucidador”. Os mantenedores da linha editorial das folhas literárias saudavam “os lutadores” que, “fiéis a suas crenças, a um sagrado juramento, não admitem vãs ortodoxias, não cansam nem transigem com seus princípios; redobram de valor a coragem e caminham sempre”²⁸.

Nesse sentido, explicava-se que, “como quase todas as coisas, a literatura também é suscetível a reformas e carece delas”, pois “a inteligência que não cansa, o estudo, a prática dão em resultado o conhecimento da grande necessidade de melhorar, para não permanecer sempre na mesma atitude”, tendo em vista que “o progresso e a civilização exigem que a seu lado encontre-se na veloz carreira, esse percursor de todos os conhecimentos humanos, esse fanal luzeiro da grandeza e ilustração dos povos”. Ainda quanto a uma proposta de renovação, afirmava-se: “Os erros mais palpáveis de velhos professores, vamos sancionando com muita tolerância; nada perscrutamos e louvamo-nos nas suas opiniões. Ora isto é também errar, e errar com conhecimento, o que não podemos admitir por maneira alguma”. E concluía-se: “Há de custar muito a regenerar e reformar esses péssimos costumes, já tão inveterados, porém, todas as tentativas dão algum resultado, quando mais não seja – a experiência”²⁹. Ainda quanto a necessidade desse renovamento das manifestações artístico-culturais, destacava-se que “a arte sem progresso é apenas um paliativo na existência do

²⁸ *ARCADIA*. Rio Grande, 16 fev. 1868; 27 out. 1868.

²⁹ *ARCADIA*. Rio Grande, 1ª edição da 3ª série – 1868.

trabalho, sem efeito absoluto para admiração popular”, pois, “ao seguirmos a história da arte, nunca deixaremos de observar a ideia do progresso, que tudo desenvolve e que tudo enriquece”, uma vez que “uma arte sem progredir é um desconsolo à humanidade”³⁰.

Nessa linha, eram saudadas as “novidades” literárias forjadas “cá na terra”, ainda mais quando se tratasse de “uma obra que iria atestar fora do nosso meio, que nós não estacionamos em matéria de literatura”. Noticiava-se, assim, que: “Tivemos aqui uns dois anos que foi uma febre de livros bons e maus, saídos dos prelos rio-grandenses, e agora supúnhamos que todos esses campeões da ideia tinham adormecido à sombra dos espinhos que colheram e das decepções que sofreram com o indiferentismo geral”, quando se prenunciava uma nova atividade no campo artístico-literário. Ao elogiar-se a qualidade do novo empreendimento explicava-se que o possível insucesso dessas renovadas empreitadas culturais deviam-se “à falta de gosto e ao indiferentismo desse meio apático em que vegetamos”³¹. Assim, diversos foram os escritos apreciados pelas folhas literárias³² e, ainda que limitadas às simpatias pessoais e pela falta de critérios melhor definidos, as propostas de renovação e de crítica estabelecidos junto à imprensa rio-grandina das quatro últimas décadas do século XIX serviram para inaugurar

³⁰ *CORREIO LITERÁRIO*. Rio Grande, 15 jul. 1900.

³¹ *ARAUTO DAS LETRAS*. Rio Grande, 27 jan. 1889.

³² Detalhes dessa crítica literária podem ser observados em BAUMGARTEN, 1982. p. 32-41.; e BAUMGARTEN, 1997. p. 65-74. .

a edificação de uma crítica literária que se afirmaria nos decênios seguintes.

Literatura e história

Nas páginas das folhas literárias rio-grandinas da segunda metade do século XIX, não havia uma linha que delimitasse os terrenos de atuação da literatura e da história, as quais se confundiam e fundiam-se entre si, ou seja, refletindo uma fase em que o saber científico ainda estava se consolidando, os territórios e objetos de estudo da história e da literatura ainda não se apresentavam completamente definidos. Nessa linha, escritos de história são naturalmente apresentados como mais um texto a ser incluso no rol das matérias literárias. Nesses jornais, “a narrativa historiográfica prende-se ao desenrolar dos acontecimentos através de uma leitura dos fatos políticos, numa sequência linear e cronológica, sem análises do caráter social ou econômico”, além disto, “o realce do caráter heroico e do exemplo moral de alguns personagens é o referencial que conduz uma narrativa com acentuado cunho teleológico”, ou seja, o enfoque está nas “personalidades que se destacam em determinada época, canalizam as aspirações e traduzem os anseios de segmentos sociais majoritários”, sintetizando-se “o momento histórico a partir da ação individual”³³.

³³ ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. Uma folha literária rio-grandina sob uma perspectiva

Essa íntima ligação entre literatura e história pode ser identificada a partir da afirmação de que “a literatura é o primeiro elemento da civilização dos povos”, sendo “necessária e útil”, pois “é sobre suas bases que se sustentam os monumentais edifícios do progresso e da riqueza, ao tempo que se torna o mais sublime ornamento de uma sociedade”; de modo que “é por ela que as gerações transmitem aos pósteros seus feitos e glórias, é ela que ilustra as nações e, sem a sua propagação, o conhecimento humano seria um mito”. Nesse quadro, a literatura era apresentada como a resposta para o questionamento: “Quem nos põe em contato com a história dos tempos heroicos e faz saber os costumes e caráter dos povos sepultados no pó?”. Explicava-se ainda que “o mundo em seu primitivo estado, os impérios e reinos decaídos, as vitórias e conquistas das antigas nações, tantas maravilhas, homens ilustres, tudo, enfim, seria por nós ignorado se a literatura não nos fizesse tradicionalmente reconhecer que existiram”³⁴.

A partir de um artigo sobre a “utilidade da história”, fica evidenciada a maneira de “fazer história” dos escritores de então. Nesse ensaio, a construção do saber histórico é comparada a uma “escola moral para todos os homens”, uma vez que “ela descreve os vícios, desmascara as falsas virtudes, desengana os prejudicados e dissipa o prestígio encantador das riquezas e de todo esse vão brilho que deslumbra os

histórico-historiográfica. *Biblos*. v.10. Rio Grande: Ed. da FURG, 1998. p. 19-20.

³⁴ *ARCADIA*. Rio Grande, 16 fev. 1868.

homens”³⁵. A ideia de uma narração isenta, verdadeira e objetiva dos acontecimentos é destaca pelas folhas literárias como fundamental ao entabular-se um trabalho literário-histórico, de modo que se deveria “sempre estudar os fatos e interpretá-los com a justa imparcialidade, a fim de que possamos discuti-los com o espírito das reflexões e baseá-los sempre na verdade”³⁶.

Essa “história” apresentada pelos periódicos literários era, assim, essencialmente descritiva, numa narração em que o autor não deve identificar-se com o objeto estudado, para manter sua isenção. Dentre os temas preferenciais, alguns dos mais abordados foram, em termos de História Geral, a Revolução Francesa, de História do Brasil, a Guerra do Paraguai e, da História Regional, a Revolução Farroupilha. Seguindo esse mesmo modelo, a *Arcadia* foi uma das folhas literárias que mais espaço destinou à biografia e à história, aparecendo textos como “Apontamentos históricos, topográficos e descritivos da cidade do Rio Grande”, “Brasil no Século Passado”, “Servidão no Brasil”, “Restauração de Portugal”, “O Brasil em 1864”, “Apontamentos históricos”, “Documentos sobre a Revolução desta Província”, “Guerra do Brasil com o Paraguai”, “Nota Histórica dos Partidos Políticos no Brasil” e “A Vinda dos Jesuítas ao Brasil foi benéfica ou perniciosa”. Dessa forma, nesses ensaios onde história e literatura confundem-se, a característica marcante está na “valorização do conhecimento histórico enquanto um referencial para o presente”, que se funda “num acentuado caráter idealista canalizado num discurso

³⁵ *ARCADIA*. Citada por: ALVES & TORRES. p. 20.

³⁶ *ARAUTO DAS LETRAS*. Rio Grande, 27 jan. 1889.

factual que garantiria o estatuto de cientificidade do saber”³⁷.

A imprensa literária e o papel social da mulher

Dentre os diversos periódicos literários que marcaram a imprensa rio-grandina das décadas finais do século XIX, um apresentou uma significativa peculiaridade, quanto à redação e ao público alvo, em relação à maioria das demais. Foi a *Violeta*, folha de propriedade, redação e público essencialmente feminino³⁸. A própria invocação que o jornal fazia a seu público, através da expressão “Às leitoras” revelava qual o setor da sociedade que deveria ter por destino os seus escritos. Ao definir-se como uma publicação editada por uma mulher para atingir um público feminino, a *Violeta* traduzia em suas páginas algumas das formas pelas quais as mulheres eram então vistas, bem como ficava demarcado qual o papel social ideal para a comunidade feminina. Nessa linha, o próprio jornal declarava que “fora criado exclusivamente para o belo sexo”, devendo “do mesmo receber toda a proteção”; e conclamava as

³⁷ TORRES, Luiz Henrique. O espaço da história no jornalismo literário do século XIX. In: ALVES, Francisco das Neves. *Por uma história multidisciplinar do Rio Grande*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999. p. 41.

³⁸ Sobre o jornalismo destinado ao público feminino, ver: BUITONI, Dulcília Schoreder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

leitoras: “Nas vossas mãos, pois, distintas brasileiras, depomos as nossas singelas *Violetas*, esperando que jamais as deixeis no abandono”. Para agradar ao “belo sexo”, o periódico propôs-se até a realizar algumas alterações em seu programa, trazendo “de quando em quando uma ligeira notícia sobre modas, ou outra qualquer dessas distrações que tanto agradam a maior parte do sexo frágil”³⁹.

A *Violeta* defendia a educação feminina, discordando daqueles que julgavam “a mulher apenas apta para o serviço doméstico”. Porém, o jornal declarava não estar de acordo “com a educação exclusivamente literária, pois a ser assim não sabemos no que se tornaria o lar doméstico, quando o homem, o chefe da família tivesse de abandoná-lo para cuidar dos afazeres próprios de seu sexo”, ou seja, tivesse de “procurar os meios de subsistência para sua família, e a esposa encerrada em seu gabinete ocupasse-se com seus estudos, deixando a casa entregue apenas a seus fâmulos”. O periódico opinava que a solução estaria no “meio termo”, quer seja, educação sim, mas não em detrimento das funções domésticas. Defendia, assim, que “a menina deve compreender desde os seus primeiros anos o que um dia deve vir a ser, isto é – uma boa dona de casa”; sendo “arranjada, cuidadosa em seus afazeres, econômica, estudiosa, etc.”. Afirmava ainda que não se deveria “criar as meninas em completa prisão”, devendo as mesmas “ter horas consagradas ao trabalho físico, ao moral e às distrações próprias de sua idade”⁴⁰.

³⁹ VIOLETA. Rio Grande, 23 jun. 1878; 6 abr. 1879.

⁴⁰ VIOLETA. Rio Grande, 22 abr. 1879. Na mesma edição, afirmava-se “O estudo é sempre útil, e incrível até nos parece

Ainda a respeito do direito da mulher à educação, a *Violeta*, em matéria de nome “A mulher e seus direitos”, afirmava que, “por meio do estudo e das letras”, a mulher “busca a ilustração, a ciência, o dourado pomo da sabedoria, clareando o espírito e desterrando a ignorância”, tornando-se “mais digna de louvores e de admiração que o homem”, pois, “pela sua sensibilidade, meiguice e natural ternura”, jamais se afastaria “dos labores do lar”, lutando “para no estreito âmbito da esfera doméstica, dar amplo espaço às suas aspirações de glória”, uma vez que seria “errôneo o pensar e até o dizer que a mulher dada às letras falta aos deveres domésticos”. Assim, em nome da “educação doméstica, que é a paz e a união da família”, o jornal exclamava: “Deixem-nos, pois, hastear nosso estandarte, soltarmos o grito, não de rebelião, nem de revolta anarquista, mas sim de apelo ao templo de Minerva, à luta em prol de nossos direitos”⁴¹.

Nesse sentido, o periódico literário destinado ao público feminino não propagava a ideia da emancipação da mulher em relação ao seu papel social de zeladora da família e do lar, e sim, pregava a possibilidade de que as

que pessoas hajam que dizem não saber para o que servem as letras”. Também nessa ocasião, foram publicados os versos intitulados *O Estudo*: “É no estudo apurado das letras/ Que a mulher procurar deve a luz,/ Não nos bailes, nas salas festivas/ Onde a louca vaidade transluz.// Estudar é buscar um futuro/ Nobre, santo, querido por Deus,/ Estudar é buscar no trabalho/ Desvendar das ciências os véus.// Estudai, pois ó flores singelas/ Meigas virgens que em trevas viveis,/ Que áureo prêmio de vossos trabalhos/ No saber muito breve achareis.”

⁴¹ VIOLETA. Rio Grande, 1º jun. 1879.

mulheres ao menos tivessem a oportunidade de tornarem-se indivíduos razoavelmente letrados e, portanto, admiradores das artes e da literatura. Dessa forma, defendia-se a educação feminina, como “fator fundamental de elevação da mulher” e, nesse caso, “elevá-la consistia em conferir-lhe condições para assumir a função que lhe caberia na emergente sociedade urbana e burguesa – o papel doméstico e materno, obedecendo às reputadas leis da natureza”⁴². Nessa linha, a *Violeta* explicava que era “incontestável que a mulher é o anjo do lar, ente fraco da natureza”, estando “fadada a grandiosas missões”, ao desempenhar “os deveres de mãe, filha ou esposa”, tendo sempre uma tarefa árdua, imposta primeiro pelas sagradas leis do coração, depois pela sociedade sempre vigilante, sempre pronta ao castigo severo, embora, muitas vezes, justo”⁴³.



Assim, a imprensa literária teve um papel primordial na difusão da literatura e no enriquecimento cultural da Província, servindo à divulgação das obras de alguns dos destacados representantes da intelectualidade gaúcha do momento. O jornalismo literário foi uma alternativa às práticas jornalísticas então predominantes, ligadas a um caráter crítico-opinativo ou essencialmente noticioso, destinando espaço a diferentes manifestações culturais, fomentando

⁴² ZILBERMAN, Regina. *Literatura gaúcha: temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 77.

⁴³ VIOLETA. Rio Grande, 1º jun. 1879.

o saber e promovendo amenidades e atividades lúdicas, através de textos em prosa e verso e matérias educativas, além de jogos, pensamentos, charadas e logogrifos. A negação quanto à pasquinagem, procurando moldar o estereótipo de uma linha editorial séria, voltada essencialmente à literatura; o sem número de dificuldades enfrentadas na manutenção das diversas publicações; as incipientes propostas de renovação artística e de uma crítica literária; as articulações e inter-relações entre a história e a literatura; e a definição do papel social da mulher são apenas alguns dos fragmentos históricos podem ser desvelados a partir da investigação desses periódicos que marcaram presença no Rio Grande da segunda metade do século XIX. Com a *Arcadia* como o seu representante mais importante, o conjunto da imprensa literária rio-grandina teve substancial significado na constante busca dos rio-grandinos em construir a imagem de uma sociedade civilizada para aquela comunidade portuária. Sendo a civilização o destino, o caminho para o mesmo era a literatura e os jornais literários representariam os guias naquela direção.

Literatura de viagem: retratos da colonização sul-rio-grandense na visão de uma poetisa europeia*

*Brésil, je te revois après trois ans d'absence,
Pourtant je te quittai pour ne plus revenir.
De ton attraction j'ignorais la puissance,
Je croyais n'emporter de toi qu'un souvenir.
(...)*

*Salut, toi de mes fils la nouvelle patrie,
Salut. Je viens reprendre à l'ombre de tes bois
Cette place ignorée où finira ma vie,
Où je les bénirai pour la dernière fois.*

Le Retour – Marie van Langendonck

A literatura de viagem construiu diversas das imagens sobre o Brasil “que circularam pela Europa durante três séculos”, as quais “saíram quase exclusivamente das narrativas de viagem legadas por estrangeiros”. Nesse sentido, tais narrações “criaram, praticamente sem qualquer concorrência, um vocabulário sobre o Brasil” para as sociedades “do Velho Mundo”. Esse “vocabulário apresentou poucas variações ao longo dos séculos”, nutrindo-se, “em larga medida, de repetições, de dar a conhecer o conhecido, de reiterar,

* Texto adaptado do artigo publicado originalmente em: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IHGRGS, 1999, v. 134, p. 107-116.

com pequenas variações, os mesmos temas e os mesmos personagens”. Tais repetições viriam a constituir “um discurso com larga aceitação entre o público” na conjuntura europeia. A partir de tal perspectiva, “os europeus, por meio das notícias vinculadas pelas narrativas de viagem, compuseram um discurso sobre o Brasil” (França, 2012, p. 283-285).

Nessa perspectiva, “o uso de relatos de viajantes como fontes” para a pesquisa é “de indiscutível importância”, uma vez que “a literatura de viagem” recorrentemente tem servido “como fonte ao conhecimento” (Constantino, 2012, p. 8 e 10). Além disso, o testemunho dos cronistas estrangeiros “se constitui como ato literário”, de modo que, “como literatura, é um evento liminar que se abre para uma ordem de experiência não-representativa, drasticamente indicial” (Moreiras, 2001, p. 254). A narrativa do viajante proporciona “o espaço em que o historiador pode especular para produzir conhecimentos, sejam eles sobre viagens ou sobre história, ambas práticas que exigem a expatriação”, ou seja, “uma espécie de incapacidade de permanecer onde se está, na prisão de raízes incômodas” (Miceli, 1997, p. 201).

Tais “relatos de viagem podem contribuir” com uma renovação de enfoques, “ao apontarem para a ampliação da vida cultural, tanto oficial quanto cotidiana, além de afluírem as questões de comparatismo literário”. Eles ainda trazem consigo a possibilidade de “problematizar as questões da interpretação e da alteridade, além da retórica e da ciência”, uma vez que levam à interação entre “espaços diferentes com sociedades e culturas diversas através de narrativas que se equilibram entre o objetivo e o

subjetivo, a realidade e a ficção” (Ribeiro, 2007, p. 157-158). Nessa linha, “a viagem inclui o que pareceu digno de registro devido à novidade e ao raro testemunho” (Romano, 2013, p. 38). Assim, a literatura de viagem traz consigo a construção e a “evocação de elementos como memórias, experiências, sensações, necessidades e desejos que puderam tornar conhecida uma realidade desconhecida”, bem como “uma aproximação do outro e de si mesmo no outro, ou seja, ela se deu com novas experiências para o corpo, seja de quem a produzia ou de quem era ‘produzido’ por ela” (Bezerra, 2016, p. 9).

Diversos dos viajantes estrangeiros que passaram pela Capitania/Província do Rio Grande do Sul ao longo do século XIX entabularam relatos descrevendo suas impressões sobre a terra visitada e as pessoas que nela habitavam. Essas narrações abordam os mais variados elementos constitutivos da sociedade sul-rio-grandense de então, permitindo a reconstrução de certos fragmentos da história gaúcha durante aquela centúria (ver: Alves & Torres. p. 72-74; e Barreto, 1962). Essas crônicas trazem consigo versões personalizadas do cenário social, econômico, político e do cotidiano rio-grandense, traduzindo a visão de mundo de seus autores e estabelecendo retratos do Rio Grande do Sul sob o prisma dos visitantes, em geral europeus, que aí estiveram.

Dentre essas narrações está um pequeno livro, editado na Bélgica em 1862, intitulado *Une colonie au Brésil: récits historiques*, de autoria da poetisa belga Madame van Langendonck. Marie Barbe Antoinette Rutgeerts van Langendonck nasceu na Antuérpia a 7 de outubro de 1798, escritora e poetisa, frequentou os meios literários e culturais europeus, convivendo com

importantes escritores de seu tempo. Autora de várias obras, escreveu *Aubepinés* (Bruxelas, 1841), dedicando diversas poesias a intelectuais seus contemporâneos, e *Heures Poétiques* (Malines, 1846), contendo poesias de profunda inspiração religiosa, característica que marcou boa parte das obras da escritora (Langendonck, T., 1990. p.11). *Uma Colônia no Brasil* constitui-se numa obra de representativa importância na descrição do Rio Grande do Sul da década de 1850 e cujos exemplares remanescentes podem até ser considerados como raros (cfe.: Meyer; Leite; Taunay; e Langendonck, T., 1979).

Marie Langendonck esteve no Rio Grande do Sul entre 1857 e 1860 (Moraes. p. 455), quando voltou à Bélgica, de onde, no entanto, retornaria ao Brasil e às terras gaúchas, já em 1863. Após esse retorno, a autora manteve ativa correspondência com diversas personalidades brasileiras de então, inclusive com o Imperador D. Pedro II, e pretendeu publicar outro livro sobre o Brasil, no qual o Rio Grande do Sul teria cenário central, intento que acabou por não ser concretizado, vindo Madame van Langendonck a falecer a 6 de junho de 1875, em Arroio Grande, no território rio-grandense (cfe.: Barreto, 1976. p.788-9; e Langendonck, T., 1990. p. 12). A autora, segundo sua própria perspectiva, fora norteadada por um “espírito aventureiro” que por repetidas vezes ela própria destaca como sua principal inspiração, além da religiosa, decide enfrentar as “florestas” do Novo Mundo, resolvendo dedicar-se à colonização no Rio Grande do Sul, onde, em companhia dos filhos, viria a ocupar terras na Colônia Harmonia, da Sociedade Montravel, Silveira & Cia. que, fundada em 1885, assumira o compromisso de introduzir colonos naquela região.

BREVES ENSAIOS ACERCA DE VIVÊNCIAS LITERÁRIAS NO RIO GRANDE DO SUL

Passando por diversas comunidades gaúchas, até atingir seu destino, a escritora descreveu várias características do urbano e do rural, da flora e da fauna, da habitação, da alimentação, do comércio, da agricultura, do trabalho, dos transportes, da propriedade fundiária, dos habitantes, seus usos e costumes, da religião, das crendices, dos misticismos e das festividades que demarcavam a conjuntura da sociedade gaúcha daquele tempo. De acordo com seus intentos ao vir para as terras rio-grandenses, Marie Langendonck concentra sua narração no processo de colonização então em construção no Rio Grande do Sul, descrevendo e comentando as estruturas e a política de colonização empregada à época e esclarecendo sobre os alcances e os limites dessas. Em *Uma Colônia no Brasil*, a autora não chega a pretender realizar um verdadeiro guia para os emigrantes, a exemplo de vários que então foram escritos (dentre eles, ver: Hörmeyer), uma vez que seu objetivo maior é narrar o dia a dia do processo colonizador então em marcha.

O “espírito de aventura” é destacado pela autora já na abertura do livro, quando define o objetivo de sua nova empreitada, ao afirmar: “creio que, quando me decidi a emigrar para o Brasil, os interesses materiais não eram mais que o pretexto para ceder à atração do desconhecido, pois eu pensava menos no que íamos fazer no Brasil, do que naquilo que nós iríamos ver”, pois “desde a idade da razão que a floresta virgem dava livre curso à minha imaginação e deixava em mim o desejo violento de possuir uma”. Já nas terras que deveria ocupar, a escritora associa o caráter religioso à vontade de aventura, dois elementos que caracterizam o conjunto de sua obra: “Enfim! eu me encontrei em plena

mata virgem. As árvores, os enormes cipós, a vegetação inteira, os pássaros com sua plumagem deslumbrante, tudo era novo para mim, tudo me maravilhava. No meio dessa jovem, grande, bela e viçosa natureza, o reconhecimento e o amor pelo Autor dessas maravilhas transbordavam da minha alma. Nunca eu tinha sentido a presença de Deus como nesse instante, e jamais pensamentos mais nobres purificaram meu coração” (Langendonck, M. p.13, 16 e 23).

A narração da escritora belga sobre a vida dos colonos destinados ao Rio Grande do Sul já se inicia pela viagem da Europa para as terras a serem colonizadas, quando ela destaca as dificuldades pelas quais aqueles passavam. Ela afirma que “para quem nunca viu um transporte de emigrantes alemães, é impossível fazer uma ideia do que isso seja”, descrevendo que “a coberta do navio abriga cento e cinquenta indivíduos de todas as idades e dos dois sexos”; todos “colonos livres”, porém, alguns levando “uma pequena fortuna, quer em numerário, quer em mercadorias”, já “outros haviam embarcado por conta de suas comunidades”; enquanto “os primeiros estavam munidos de amplas provisões alimentares, os segundos, reduzidos às rações de bordo, recebiam apenas o necessário para não morrer de fome”. Segundo a autora, “todos tinham em comum uma falta de higiene inominável e hábitos que aos mais indulgentes poderiam parecer de uma desenvoltura excessiva”. A narrativa sobre a viagem marítima aborda ainda as práticas que os alemães “prestavam continuamente entre si”, ou seja, “o serviço mútuo de tirar um do outro a vermina que os cobria”, bem como as mortes e os nascimentos ocorridos no navio ao longo do trajeto (Langendonck, M. p. 13-14).

BREVES ENSAIOS ACERCA DE VIVÊNCIAS LITERÁRIAS NO RIO GRANDE DO SUL

Já nas terras gaúchas, Marie Langendonck observou as várias faces do processo colonizador sul-riograndense, convivendo com seus aspectos positivos e negativos e abordando os resultados, as vantagens e desvantagens pelas quais os colonos passaram ao se deslocarem para o Rio Grande do Sul. Apesar das dificuldades enfrentadas durante a viagem, a autora afirma que, geralmente, os alemães, “pela sua perseverança e pelo seu trabalho, conquistaram no Brasil um grande bem estar e mesmo fortuna”, conservando-se “simples e dignos, muito unidos entre si e seus filhos são perfeitamente educados”. Nessa linha, a escritora refere-se a ascensão de uma família de colonos alemães, descrevendo as atividades de um casal que, chegando ao Brasil, obtivera “do governo uma colônia representando setenta hectares de matas virgens” e que, “ajudado somente por um jovem compatriota, tinha principiado corajosamente o trabalho de desmatamento”, crescendo “a área do seu terreno de plantio ano a ano”. Ela prossegue narrando os progressos desse casal de colonos, desde a compra dos primeiros animais, destacando que “tudo isso se multiplicou e, em poucos anos, eles possuíam cinquenta cabeças de gado”, além de porcos, jumentos e mulas com as quais levavam seu produtos para vender em Porto Alegre, transporte que foi ampliado com a aquisição de um lanchão que permitiu a venda de suas colheitas em diversas cidades do interior. A riqueza do citado casal foi repassada ao filho que “tão trabalhador quanto seu pai”, casou-se com uma filha de colonos alemães e juntos continuaram “a manter as tradições paternas”, conseguindo “um feliz bem estar” e realizando “verdadeiramente essa fabulosa

e poética felicidade da idade de ouro” (Langendonck, M. p. 15 e 21).

Porém, o lado oposto a esses representados pelo progresso e pela riqueza, também foram abordados pela poetisa/colona, como ao narrar os contratempos sofridos pelos emigrantes holandeses que se deslocaram para o Brasil Meridional. Segundo a autora, revelando de certo modo a rivalidade existente entre belgas e batavos, os emigrantes holandeses, “sem coragem moral e sem forças físicas”, tornavam-se “colonos lamentáveis”, de modo que “a sorte da leva que chegou à Colônia de Montravel foi deplorável”. Para Madame Langendonck, um dos grandes problemas dos colonos de origem holandesa estava ligado a uma verdadeira propaganda enganosa promovida pelos responsáveis por agenciar novos colonos. Nesse sentido, ela afirma que “os agentes da colonização na Holanda haviam espalhado nas aldeias brochuras dirigidas aqueles que desejavam enriquecer com certeza e depressa”, nas quais era dito “que no Brasil todos os riachos tinham um leito de diamantes e pedras preciosas, que o ouro era encontrado em toda a parte, que lá se juntavam esses valores a mãos cheias, que a terra produzia sem cultivo e que depois de alguns anos se poderia de lá regressar carregado de riquezas” (Langendonck, M. p. 27).

Para a escritora belga, tal propaganda enganosa só trazia prejuízos aos emigrantes batavos, afirmando que “essa radiante perspectiva seduziu um grande número de famílias aldeãs”, citando, dentre elas, o caso de “um pequeno lavrador, pai de oito filhos, que nunca tinha se afastado de sua aldeia” e que, diante das promessas dos agenciadores, vendera “sua bonita casinha, seus móveis e alguns pedaços de terra para vir

buscar no Brasil essa fortuna fabulosa prometida aos colonos". Ainda na Europa, esse lavrador gastou praticamente todas suas economias em extravagâncias e, diante dos avisos da esposa, que "tentava por fim nessas despesas loucas", ele afirmava: "Bah! daqui a alguns dias nós embarcamos para o Brasil e, uma vez lá, nós teremos logo juntado duzentas vezes, talvez, a soma que nós gastamos aqui". A realidade, no entanto, foi bastante diferente e bem mais dura, segundo a autora, "chegados à Colônia de Montravel, essa pobre mulher foi logo desiludida, chegou a ficar doente" e "morreu em poucos dias na miserável cabana que seus filhos tinham construído às pressas e que não estava ainda inteiramente coberta". Langendonck prossegue, afirmando que "a dor do lavrador foi grande e seu desânimo completo", pois "a discórdia grassou entre ele e seus filhos, que o abandonaram" e "três criancinhas foram as únicas que ficaram com o pai"; e conclui, destacando que "a última vez que o vi, seu desespero me fez temer o suicídio ou a loucura" (Langendonck, M. p. 27).

Outro desses casos narrado por Marie Langendonck foi de um holandês que "havia deixado seu emprego de capataz de um grande lavrador e, na crença das promessas da famosa brochura, ele veio para o Brasil com três filhos e uma esposa grávida"; ao se convencer "que nada era menos certo que uma colheita de ouro e pedras preciosas, quando viu que para alimentar sua família ele não poderia contar a não ser com seu trabalho manual, no começo mais duro do que o que lhe dava para viver na Holanda, tornou-se triste e perdeu toda a energia". A autora descreve um diálogo com esse colono, no qual ele afirmara: "Meu Deus,

Madame, o que fiz eu deixando a Holanda onde eu tinha meu pão garantido! Nunca eu poderei, sozinho, aqui ganhar a vida para minha mulher e em breve quatro filhos". Em pouco tempo esse colono batavo morreria e a poetisa belga descreve o destino de sua esposa que, após dar a luz, "casou-se de novo com um alemão que a faz muito feliz, trabalha bastante e substitui tanto quanto possível, junto aos órfãos, o pai que eles perderam" (Langendonck, M. p. 27-28).

Marie Langendonck descreve o tratamento destinado aos emigrantes que vinham se instalar na Colônia de Montravel: "os colonos chegavam em massa, a colônia os alimentava durante os seis primeiros meses, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para a roça e à cultura; aos mais pobres ela fornecia até sacos que, cheios de palha de milho, serviam de cama e de cobertas; além disso, recebiam as vasilhas necessárias para os serviços de casa". Segundo a autora, "esses adiantamentos eram reembolsáveis ao fim de dois anos, acrescidos de um juro de doze por cento"; enquanto que, "pelos cinquenta hectares de terra que representavam uma colônia deveriam ser pagos, no quinto ano, mil e quinhentos francos acrescidos do juro de seis por cento ao ano". Diante dessas condições, a escritora belga afirma que "insensivelmente, todos os solteiros iam tentar fazer fortuna em outras partes; ficavam só as famílias que, por serem carregadas de filhos, não tinham possibilidade de deixar a colônia" (Langendonck, M. p. 40).

A poetisa também estabelece severas críticas quanto a determinados grupos de colonos que eram enviados para o Rio Grande do Sul, uma vez que muitos dos agentes europeus haviam expedido "não a escória

da gentilha, mas sim os piores dessa escória”, muitos deles “recrutados nas prisões e nos abrigos de mendigos”. Ela descreve uma família pertencente a esse segmento, a qual despertava uma “repulsa instintiva”: o homem era “grande, derreado, tinha uma atitude inquieta, um olhar desconfiado, suas expressões eram grosseiras e cínicas, suas maneiras repelentes”; a mulher, por sua vez, “era positivamente a encarnação do vício”, com “grandes olhos atrevidos, sua cabeça achatada como a de uma víbora, o lábio inferior pendurado descobrindo dentes grandes e amarelos” e “uma linguagem na qual a ousadia e a obscenidade eram visivelmente qualidades naturais” daquela “criatura” que saíra “de uma penitenciária onde ela estivera presa durante dois anos por cumplicidade num crime infame, cometido numa menor, numa casa onde seu marido sustentava o vício e suas sacerdotisas”. Já as crianças eram descritas como indivíduos nos quais “não restava mais nada de infantil”, pois “todo o vício da humanidade se achava neles em embrião já desenvolvido demais para permitir a esperança na possibilidade deles virem a percorrer de novo um caminho honesto”. Sem afirmar diretamente, a escritora deixa a entender que, mais tarde, os próprios pais teriam incentivado a filha à prostituição (Langendonck, M. p. 26).

Na mesma linha, a autora destaca que “entre os colonos vindos da Alemanha havia ladrões, incendiários e assassinos”, quase todos “indivíduos que haviam passado de quatro a doze anos na prisão e com os quais receávamos nos encontrar na mata”. Por outro lado, ela também explica que existia um outro tipo de colono, bem diferente dos anteriores, afirmando: “é justo que se

diga que a Alemanha não envia só bandidos para o Brasil”, pois “muitos alemães são trabalhadores infatigáveis, nada os assusta e pouca coisa os desanima”. A respeito desses, a escritora prossegue: “eles comem bastante, mas não são gulosos”, além do que “a ordem e o trabalho dão inevitavelmente a essa gente um bem estar que eles nunca teriam conseguido na sua pátria de origem” (Langendonck, M. p. 26-27).

Acerca da política de colonização colocada em prática no Rio Grande do Sul, Madame Langendonck tece algumas apreciações negativas. Uma dessas críticas direcionava-se à má localização das colônias, a qual dificultava o escoamento da produção e levava ao desmatamento. Diante disto, ela questionava “porque não começar as roçadas do mato às margens das grandes correntes navegáveis que se dirigem para o mar e daí avançar em direção ao interior, em vez de transportar esses infelizes além dessas montanhas inacessíveis” onde, “apesar de duras labutas, eles permanecem pobres e (...) são obrigados a destruir tanta madeira preciosa que em outra região representaria um início de fortuna”. Outro dos males apontados pela autora refere-se às pouco competentes e muitas vezes desonestas administrações que coordenavam os serviços nas colônias. Citando exemplo, ela afirma que “esses diretores têm como norma enriquecer a todo custo e o mais depressa possível”, de modo que “qualquer lucro lhes parece bem e não consideram ilícito nada que lhes encha o bolso”; não se preocupando “absolutamente com a prosperidade e os interesses dos colonos que são pressionados por eles impunemente tanto quanto possível”. Segundo a escritora, esses “diretores são

controlados simplesmente por um inspetor que não inspeciona nada” (Langendonck, M. p. 41).

Apesar desses citados percalços, Marie Langendonck manifesta firme convicção de que o Brasil, e mais especificamente o Rio Grande do Sul, constituía-se no local ideal para os europeus se estabelecerem. Por diversas vezes, ela defende a ideia de que seus compatriotas viriam a ser colonos ideais para as terras gaúchas, surgindo a partir daí vantagens tanto para o Brasil quanto para a Bélgica. Segundo a autora, “uma colônia belga (...) dirigida por belgas, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, onde o clima é ameno e saudável, situada na vizinhança de um rio, seria um elemento considerável de prosperidade para os colonos”, e, por consequência, “no futuro, um mercado vantajoso para os produtos industriais da Bélgica”. Ao descrever o abandono da “Terra das Missões”, mais uma vez a escritora destaca a ideia de que “em poucos anos se formaria aí uma rica colônia, caso ela pudesse ser protegida contra os saqueadores e os mal-intencionados de toda espécie”. Em razão dessa proposta, ela chega a sugerir que, diante da impossibilidade do governo “de garantir essa indispensável proteção”, fossem concedidas “as terras das Missões para aí ser feita uma colônia belga”, mantendo-se “nesses sítios um regimento belga para proteger a segurança de seus compatriotas”. O soldo dos militares, de acordo com a poetisa, “seria pago inteiro no início pelo governo belga, mais tarde em parte pelos colonos e depois, para estimular o zelo do soldado”, se daria “a cada um deles um pequeno pedaço de terra para ocupar suas horas de lazer e também com esse meio fazê-los sonhar menos com a pátria distante”. A esse respeito, a própria autora concluía que tal

medida, mesmo que eficaz, não viria a ser aceita pelas autoridades brasileiras (Langendonck, M. p. 41 e 43).

Ainda acerca das excelentes condições oferecidas pelo país para a colonização europeia, a poetisa belga afirma que “o colono goza no Brasil de uma proteção eficaz e real por parte do governo, é isento durante longos anos de todo encargo, de toda a imposição, é livre na mais extensa concepção da palavra”; destacando ainda que desconhecia “outro país que ofereça as vantagens e as perspectivas de bem-estar que se encontram no Brasil”. Segundo a autora o Brasil representava verdadeira solução para os excedentes populacionais europeus, constituindo-se numa saída para a miséria enfrentada pelas classes subalternas do Velho Continente. Sobre isso ela questionava “por que não garantir uma vida fácil a esses deserdados dos bens deste mundo, povoando um canto desse belo Império do Brasil, com o excedente de nossos trabalhadores?”, uma vez que “o governo do Brasil não quer outra coisa que conceder terras que em poucos anos tornam os seus cultivadores ricos fazendeiros” (Langendonck, M. p. 41 e 62).

Nesse sentido, Madame Langendonck previa que as terras adquiridas pelos colonos, em pouco tempo, teriam “centuplicado seu próprio valor, porque sendo o Brasil quase o único estado das duas Américas que promete uma paz durável, toda a emigração europeia para lá se dirigirá, logo que os resultados obtidos pelos colonos atuais sejam mais amplamente conhecidos”. Para a escritora uma das dificuldades a ser enfrentada pelos colonos, representada pela viagem transoceânica, vinha sendo resolvida e, diante das possibilidades que os emigrantes europeus, e especialmente os belgas, de

acordo com a sua concepção, viriam a ter de progredirem no Brasil, a poetisa mais uma vez manifesta sua admiração e reconhecimento de tal país como uma terra de oportunidades, afirmando: “pessoalmente eu apelo ardentemente para a benévola simpatia de nossos governantes em favor da organização de uma colônia belga na parte sul do Brasil, na proximidade de um grande rio”; estava ela “persuadida de que poucas regiões do globo apresentam vantagens, de todo o gênero, como as que os estrangeiros encontram no Brasil e que nenhum país oferece melhores” (Langendonck, M. p. 62).

A admiração da autora pelas terras visitadas e que viriam a ser o local de seus últimos anos de existência, é traduzida através de uma comparação que ela estabelece entre o Novo e o Velho Mundo ao definir alguns de seus objetivos ao entabular aqueles escritos. Segundo suas palavras, “àqueles que achem esses detalhes muito pessoais, repletos de inconveniência e de pretensão, eu terei a honra de responder que minha única intenção ao relatar esses fatos, donde eu gostaria de suprimir o eu, era o de constatar que a civilização cujo progresso alcança seu apogeu na velha Europa poderia bem não valer tanto quanto muitas ideias que permanecem primitivas pelo seu contato com uma nação jovem”. Com base em suas experiências nas terras gaúchas e nos contatos travados com os seus habitantes, a escritora continua aquela comparação: “que um estrangeiro, um viajante, tente encontrar na Europa não somente um abrigo passageiro no lar de uma família, mas ainda corações simpatizantes”, os quais, “não contentes de compartilhar das preocupações dele, ainda se esforcem para as aliviar, e procure além disso mãos

abertas e braços fortes que lhe abram caminho para uma posição que ele nunca ousaria almejar na sua própria pátria”, vendo “se em lugar de simpatia, bondade e proteção ele recolhe algo que não seja humilhações, recusas grosseiras, insolência e pouco caso” (Langendonck, M. p. 52-53.).

Assim, *Uma Colônia no Brasil* representa mais uma das obras escritas por viajantes europeus que serve para desvendar certos detalhes da formação histórica gaúcha durante o século XIX, mormente no que tange ao processo de colonização das terras gaúchas. A autora busca passar ao leitor, ao longo de todo o livro, que sua motivação básica para vir ao Brasil e para ter resolvido narrar suas vivências no Novo Mundo fora um espírito de aventura, complementado por uma orientação religiosa, os quais lhe permitiriam um contato direto com a natureza, cuja existência servia para revelar a “existência e a bondade de seu Criador”. Ao lado desses intentos “aventureiros”, não podem também ser desprezados os interesses de sustentação econômica dos Langendonck, pois, ainda que a escritora busque afirmar que os objetivos “materiais” não representariam mais do que um “pretexto” para travar um novo conhecimento acerca do “desconhecido”, uma de suas grandes preocupações ao deslocar-se para a América foi a de conseguir uma boa colocação para seus filhos, a qual lhes garantisse condições favoráveis de sobrevivência e, por extensão para a própria Madame Langendonck, então viúva.

Uma série de elementos intrínsecos à sociedade rio-grandense daquela época, sob o olhar de uma europeia, pode ser denotada a partir da obra de Marie Langendonck, notadamente em relação à interação entre

BREVES ENSAIOS ACERCA DE VIVÊNCIAS LITERÁRIAS NO RIO GRANDE DO SUL

o homem e o meio e a luta daquele para garantir melhores condições de existência, adaptando-se a este. É nesse contexto do inter-relacionamento homem – natureza que a autora busca centrar a sua narração e a descrição do processo colonizador no Rio Grande do Sul. Como testemunha ocular e, mais do que isto, participante dos acontecimentos e enfrentando alguns dos mesmos obstáculos, a poetisa descreveu significativos momentos do dia a dia dos emigrantes que abandonaram a Europa para colonizar o Brasil Meridional. As condições insalubres, pouco higiênicas e de promiscuidade que marcavam a viagem marítima dos colonos; os casos dos colonos que prosperaram e até enriqueceram e daqueles que fracassaram; a infraestrutura oferecida e as condições enfrentadas pelos colonos; a propaganda enganosa sobre as riquezas fáceis no Brasil, que levava muitos dos emigrantes a miséria; a boa e a má colonização, distinguindo os colonos honestos e trabalhadores, daqueles que provinham da “escória”, e da “gentalha” europeias; e os problemas administrativos e de má localização das colônias foram alguns dos aspectos abordados pela escritora que representam excelentes informações complementares aos estudos sobre a colonização sul-rio-grandense do século XIX.

Ao longo de sua narrativa em *Uma Colônia no Brasil*, a autora encaminha seus escritos à conclusão de que o Brasil e mais especialmente o Rio Grande do Sul ofereciam as condições ideais para o estabelecimento de colônias a serem ocupadas pelos emigrantes europeus. Revelando conhecimento da conjuntura internacional de então, Marie Langendonck explica que a colonização era uma das únicas alternativas viáveis para a colocação dos

excedentes populacionais europeus, mormente no que tange às classes trabalhadoras, permitindo uma possível prosperidade dos mesmos; bem como ela esclarece que aquele estabelecimento de colônias viria a representar um “mercado vantajoso” para, no futuro, possibilitar o consumo de parte da produção industrial de Europa. Nesse sentido, ela, por diversas vezes, insiste que o governo belga incentivasse a criação de uma colônia destinada a seus compatriotas, uma vez que o Brasil seria o local perfeito para que os colonos viessem a concretizar o sonho de “fazer a América”, ou ainda, em suas palavras, não haveria país que oferecesse “as vantagens e as perspectivas de bem-estar que se encontram no Brasil”. O relato da poetisa europeia acerca do Rio Grande do Sul compreende um exemplo típico da prática da literatura de viagem em relação à visitação às terras gaúchas.

Referências bibliográficas

ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. *Visões do Rio Grande: a cidade sob o prisma europeu no século XIX*. Rio Grande: Universidade do Rio Grande, 1995.

BARRETO, Abeillard. Viajantes estrangeiros no Rio Grande do Sul até 1900. In: *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962. 5ª. série.

BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a*

BREVES ENSAIOS ACERCA DE VIVÊNCIAS LITERÁRIAS NO RIO
GRANDE DO SUL

integração do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976. v. 2.

BEZERRA, Carlos Eduardo. A literatura de viagens como heterotopia literária: corpo e gênero em experiências literárias e diálogos interdisciplinares. In: *Revista da ABRALIC*, v. 18, n. 29, p. 1-24, 2016.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Apresentação. In: CONSTANTINO, Núncia Santoro de (org.). *Relatos de viagem como fontes à história*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 7-20.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII (antologia de textos - 1591-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: UNESP, 2012.

HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional*. Porto Alegre: D.C. Luzzatto, EDUNISUL, 1986.

LANGENDONCK, Marie Barbe Antoinette Rutgeerts van. *Uma colônia no Brasil*. Campinas: Instituto de Ciências Humanas – PUCAMP, 1990.

LANGENDONCK, Tácito Remi de Macedo van. Prefácio. In: LANGENDONCK, M. van. *Uma colônia no Brasil*. Campinas: Instituto de Ciências Humanas – PUCAMP, 1990. p. 11-12.

LANGENDONCK, Tácito Remi de Macedo van. *Discurso de posse na Academia Cristã de Letras*. São Paulo: 1979.

LEITE, Miriam Moreira. Mulheres e famílias. *Revista Brasileira de História*. n. 17. São Paulo: 1988-1989.

MEYER, Augusto. Da estante dos forasteiros. *O Estado de S. Paulo* (Suplemento Literário). 1966.

MICELI, Paulo. *O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista*. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia brasiliana*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1983.

MOREIRAS, Alberto. *A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

RIBEIRO, Roberto Carlos. Literatura de viagem e historiografia literária brasileira. In: *Letras & Letras*, Uberlândia 23 (1), p. 145-159, jan./jun. 2007.

ROMANO, Luís Antônio Contatori. Viagens e viajantes: uma literatura de viagens contemporânea. In: *Estação Literária*, Londrina, v 10B, p. 33-48, jan. 2013.

TAUNAY, Visconde de. *Trechos de minha vida*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

A produção literária de um poeta sul-rio-grandense: uma breve incursão ao pensamento e à obra de Mário de Artagão*

À virada do século XIX ao XX o mundo passava por amplas transformações que viriam a resultar nas duas conflagrações internacionais que marcaram esta última centúria. Tais mudanças em larga escala viriam a interferir diretamente nas formas de pensar e agir da humanidade, trazendo reflexos também no que tange à produção intelectual. Cada vez mais predominava o cientificismo e a perspectiva de que o homem sobrepujara a natureza, dominando o planeta e colocando-o à sua disposição, bem como se desenvolviam teorias que questionavam a ordem mundial. Através do imperialismo, as nações mais poderosas dividiam o mundo, fosse através do emaranhado capital financeiro e os investimentos nas mais variadas partes do globo, fosse pelo colonialismo propriamente dito, com o fatiamento de territórios notadamente no contexto afro-asiático e na Oceania, resultando em enfrentamentos cada vez mais acirrados que redundariam no armamentismo e na deflagração das duas guerras mundiais. Mas os contingentes

* Texto publicado originalmente na Revista *Cadernos Literários*. Rio Grande: FURG, 2011, v.19, p. 49-58.

populacionais não serviriam apenas para as conflagrações bélicas, pois recrudesceu cada vez mais a quantidade de trabalhadores que se amontoavam nas cidades, formado um exército industrial de reserva o qual sustentava a vertiginosa industrialização e estimulava as variadas formas de expropriação da mão de obra assalariada, aprofundando intensamente o precipício das desigualdades sociais.

No Brasil, tal época seria marcada pela transição da monarquia à república, efetivando-se uma mudança político-institucional apenas no que tange à forma de governo, uma vez que as estruturas socioeconômicas permaneceram imutáveis, com a manutenção do padrão agroexportador calcado na produção cafeeira, ocorrendo apenas um deslocamento do poderio econômico e político da elite fluminense para a paulista. As massas de trabalhadores rurais e urbanas ficaram à parte de tal transformação, que em nada alterou as mazelas e disparidades sociais do país. A república nasceria sob o domínio do autoritarismo, para, mais tarde, fixar-se num modelo oligárquico com bafejos liberais. No Rio Grande do Sul, ao contrário, o regime autoritário predominaria coercitivamente durante toda a República Velha, através de uma ditadura nos moldes conteanos fundada por Júlio de Castilhos, com ampla concentração de poderes e praticando um pleno exclusivismo político-partidário que não dava chances aos opositores de ganharem espaço junto ao aparelho do Estado.

O autoritarismo tanto na esfera federal quanto na estadual foi inclemente e draconiano em relação àqueles que discordavam dos novos detentores do poder, havendo uma forte tendência de perseguições e cerceamento. Se de um lado o mundo via os avanços do

cientificismo e das mais variadas tendências ideológicas, de outro, era observado o incremento das intolerâncias governamentais que muitas vezes tolheram a liberdade de expressão e pensamento. Assim, os últimos anos do século XIX caracterizaram-se no Brasil por uma verdadeira “caça às bruxas” em relação aos possíveis inimigos do novo regime e de seus governantes, e dentre eles, os monarquistas foram os mais atingidos. No Rio Grande do Sul, com o predomínio do castilhismo e sua tendência de não aceitar o contraditório, a coerção foi ainda mais enérgica e intransigente, atingindo muitos intelectuais que ousaram discordar. Dentre eles esteve o poeta Mário de Artagão que sustentou ardorosamente suas convicções monarquistas, indo de encontro à maré governista que avassalava as terras sulinas.

Mário de Artagão⁴⁴ era o pseudônimo de Antônio da Costa Corrêa Leite Filho, nascido na cidade do Rio Grande a 16 de dezembro de 1866. Filho do comendador Antônio da Costa Corrêa Leite, português de nascimento, e Amélia Pereira Leite, era, portanto, de família abastada ligada às lides mercantis, a qual enviou seus filhos para estudar na Europa. Nesse sentido, realizou seus estudos primários em sua localidade natal,

⁴⁴ Dados biográficos elaborados a partir de: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. v. 6, p. 242-243.; MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1978. p. 308-309.; NEVES, Décio Vignoli das. *Vultos do Rio Grande*. Rio Grande: Artexto, 1987. p. 51-53.; e VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense: autores*. Porto Alegre: “A Nação”, Instituto Estadual do Livro, 1974. p. 268.

passando, posteriormente, para o curso de Humanidades, o qual foi concluído na cidade portuguesa do Porto. Frequentou cursos superiores em Paris e em Hamburgo. Na Alemanha, ingressou na Faculdade de Filosofia e Direito, bacharelando-se em Filosofia, mas não chegando a completar o curso de Direito. Nesse meio tempo foi chamado de volta ao Brasil para assumir a função de representante comercial da grande firma exportadora e importadora pertencente à sua família. Veio então a residir no Recife, onde lançaria seu primeiro livro de poesias, *As infernais*, em 1889, o qual teve significativa aceitação, chegando a ser lançada uma segunda edição no ano seguinte. Em tal publicação, confirmava o nome artístico Mário de Artagão já assumido anteriormente e pelo qual ficaria mais conhecido. Na capital pernambucana casou-se e teve uma filha. Atuou também no Rio de Janeiro, regressando pouco depois ao Rio Grande para assumir a direção da firma comercial Leite & Cia. Ltda.

De volta à sua cidade natal, Antônio Corrêa Leite Filho desempenhou funções múltiplas. Além dos afazeres na empresa de sua família, viria a dirigir o Colégio Rio-Grandense e passou a escrever em diversos jornais, como era muito comum ao “homem de letras” de sua época. No Rio Grande, foi redator das publicações locais *Artista*, *Echo do Sul* e *Rio Grande do Sul*. Proclamada a república, Mário de Artagão não se curvaria à situação vigente, assumindo abertamente seus ideais monarquistas, chegando a fundar o jornal *A Actualidade* (1892-1893) para defender o regime decaído e combater os novos detentores do poder. Representante do típico intelectual de seu tempo, atuando em variadas áreas, ele foi professor, escritor, poeta, filósofo,

conferencista, jornalista e teatrólogo. Era poliglota, dominando, além de sua língua materna, o inglês, o francês, o espanhol, o alemão e o italiano. Afora os jornais nos quais atuou no Rio Grande, foi colaborador do *Correio Mercantil* da vizinha cidade de Pelotas, e esteve na redação da *Tribuna Liberal* do Rio de Janeiro. Foi membro-fundador da Academia Rio-Grandense de Letras, em 1902, além de ter sido membro de academias literárias em Paris e em Hamburgo.

Enquanto esteve no sul do Brasil, lançou as obras *Psaltério*, em 1894, *Psaltério na quermesse*, em 1896, *Janina*, em 1900, e *Música sacra*, em 1901. Contribuiu assiduamente com seus escritos no *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul* e também no *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul*. Por sua militância política, seria alvo das típicas perseguições sofridas pelos jornalistas nos primeiros tempos da república brasileira. Tendo sua liberdade ameaçada pelo cerceamento à livre expressão do pensamento, quando de sua atuação na *Actualidade*, chegou a ter de refugiar-se por oito meses no consulado inglês. Além disso, com a morte de seu pai, vendeu o valioso patrimônio da família e transferiu-se com a mesma para Lisboa, onde acabou por radicar-se a partir de 1905. Em Portugal, Corrêa Leite Filho manteve sua carreira literária, lançando uma terceira edição de *As infernais* e uma segunda de *Psaltério*. Relançou também o drama *Janina* e publicou os poemas *No rastro das águias*, em 1925, e *Rimas pagãs*, em 1933, a conferência *Helláda – ninho dos deuses*, em 1934, e o drama *Feras à solta*, em 1936. São noticiadas ainda como suas obras inéditas os dramas *A taça* e *O grande exilado* e o romance *O senhor deputado*, além de *Crepe*, um poema sociológico, e *Darwinismo e deísmo*. Em terras portuguesas iria

permanecer até a sua morte, ocorrida a 16 de agosto de 1937.

Ao longo de sua atuação literária, o autor manifestaria as várias etapas de sua formação estudantil e acadêmica, bem como suas cargas de leitura e vivências na Europa⁴⁵. Dessa forma, foi no continente europeu que Mário de Artagão recebeu a educação literária que o extremou da cultura gaúcha em geral, de modo que a leitura de seus versos tinha por significado respirar o clima espiritual europeu, percorrer velhos caminhos do Ocidente e sentir o *pathos* lírico de povos mais velhos, mais próximos da matriz latina. Ele chegou a caminhar inicialmente por horizontes mais amplos, tentando inclusive a abordagem da literatura alemã, de que lhe ficaram no espírito certas marcas, visíveis na tessitura metafísica em que se enlevou o seu pensamento. Mas viria a abandonar o germanismo inicial, só se encontrando mais à vontade no momento em que, seguindo a lição do parnasianismo do português Junqueiro, deu arras ao seu inconformismo e à sua revolta, da qual passaria ao saudosismo, como no caso de quando cantou num longo poema o revés das armas portuguesas em Alcácer-Quibir, não fazendo mais do que traduzir o seu sebastianismo ingênito. Foi um pouco de tudo, encontrando-se em sua obra influências dos lusos Antônio Gomes Leal, Abílio Manuel Guerra Junqueiro e José Joaquim Cesário Verde, tendo

⁴⁵ As seguintes apreciações de cunho literário foram elaboradas a partir de CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. 3.ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; CORAG, 2006. p. 317-322.

misturado germanismo e lusitanismo, religiosidade e ateísmo, suavidade e rudeza.

Junto de outros poucos poetas gaúchos, foi bem superior a muitos de seus coetâneos e conterrâneos, pela inquietação metafísica e mesmo pelo aspecto formal, não vindo a ter no Rio Grande do Sul a boa acolhida que merecia do ponto de vista artístico. Sua ambivalência psicológica – nem português puro, nem brasileiro autêntico – acabaria por lhe prejudicar o renome. Nesse sentido, Mário de Artagão foi uma curiosa figura, pois conseguia ser ao mesmo tempo rebelde e inquieto, monarquista em política e darwinista em ciência. Sua poesia exprimia os vários estágios de uma inteligência “fim-de-século”, já que, partindo da revolta social, notadamente contra a Igreja, segundo a fórmula apostrofal de Junqueiro, acabaria por enamorar-se do neo-romantismo risonho e inconsequente de que davam notícia as peças em verso de Júlio Dantas.

Sua estreia com *As infernais* representava uma espécie de dramatização poética à maneira do poeta português Gomes Leal, ao descrever em cores macabras a vida de um indivíduo que, após uma vida imersa em orgias amorosas, morria abandonado e desiludido. O personagem passava ao inferno, para ser julgado por Lúcifer, e começava a historiar em sonetos suas aventuras e sentimentos terrenos. Uma vez realizada a confissão das delícias que usufruía, aparecia-lhe Mário de Artagão em pessoa e dava cabo de Satanás, isto é, mostrava ao penitente que o seu julgador era uma criação “do frade e da beata” e, desfeita a ilusão, morria Lúcifer. Tal obra teve na época o seu êxito, mercê das mesmas causas que ajudaram a difundir no Brasil o socialismo anárquico-difuso inspirado no Teófilo Braga

da primeira fase, e, sobretudo, a exasperação junqueriana.

Já *Música sacra* foi escrito, segundo o próprio poeta, em sua introdução, para acompanhar o réquiem angustioso advindo da saudade que gemia em torno de duas catacumbas adoradas. Apesar do título, a revolta nele se insinuava e assinalava os seus melhores momentos. Tal livro, contraditório em tudo, terminava com um suave poema de Natal. Nesse sentido, o inegável senso poético de Mário de Artagão se perdia sempre na mais aparatosa confusão de sentimentos, denunciadora de certa anarquia mental, a exemplo de alguns bons autores brasileiros e portugueses dos fins do século XIX. Um dos marcos desse itinerário em busca do nada foi *O Psaltério*, misto de panfleto monarquista, hino ao amor e espelho das frivolidades burguesas, constituindo verdadeira poesia de circunstância.

Ao chegar à maturidade, concebeu um livro menos ambicioso e muito mais homogêneo. Eram os poemetos dramatizados que compunham o pequeno volume *No rastro das águias*, embebidos de um caloroso sentimento luso, inclusive na evocação do *Desejado*, em harmonia com as convicções de quem, como o poeta rio-grandense, levava a extremos a sua solidariedade à monarquia. Nessa publicação, a forma se apresentava mais perfeita e o assunto sem descaídas, ressaltando-se a poesia em seus alexandrinos. Artagão escreveu ainda, entre outros, *O Psaltério na quermesse* e *Rimas pagãs*, o primeiro era um livrinho que representava uma fase de galanteria rimada em sua obra, com barcarolas, canções leves, coisas de criatura enamorada. Já o segundo trazia um retorno ao passado, com enternecidas manifestações quanto a muitas das coisas que perdera, até mesmo a

BREVES ENSAIOS ACERCA DE VIVÊNCIAS LITERÁRIAS NO RIO GRANDE DO SUL

terra natal. Na última parte, intitulada *Pátria distante*, lembrando-se do Brasil, deixava-se inclusive invadir por uma onda de ternura, e saudava o seu Rio Grande no soneto *O Gaúcho*, ainda convencional, mas nem por isso menos artístico.

As perseguições políticas e policiais sofridas pelo escritor foram denunciadas em suas obras, como no caso do *Psaltério*, no qual ele manifestava a sua dor e o seu espírito de revolta, considerando-os como eternos agregados na peregrinação da vida. Lamentava que seu livro tivesse demorado a vir a público, mas justificava que tal fato dera-se por imposições da política, que consumira quatro anos da sua “melhor mocidade”, devendo ser computado também o tempo de oito meses de refúgio que passara sob a protetora bandeira consular, num momento em que sua terra permanecia no decurso doloroso de esgotamento pelo sangue fratricida. Demarcava ainda o motivo de seu silêncio quanto à temática política, afirmando que em seu texto ficava a vacuidade de muitos trechos referentes a assuntos políticos, uma vez que ele se retirara cautelosamente a fim de evitar que a chave de algum soneto pudesse abrir-lhe as portas ao rancor do jacobinismo⁴⁶.

O poeta referia-se também ao controle discursivo imposto aos escritores pelos primeiros governos republicanos brasileiros, criticando a prática da censura, desejando não tê-la visto oprimindo a sua alma, como se fosse um pecador contrito, entristecendo-o e deixando-o com o peito aflito diante da amargura imposta por tal

⁴⁶ ARTAGÃO, Mário de. *O psaltério*. Rio Grande: Livraria Americana, 1894. p. 10-11.

procedimento governamental. Destacando o ano de 1893, aquele que marcaria a deflagração da Revolução Federalista, Artagão enfatizava que de tudo ainda lembrava, quando sua terra tinha uma contextura igual à de Istambul – numa alusão ao governo ditatorial sul-riograndense – constituindo um lugar do qual fugiam pouco a pouco as suas “velhas crenças boas” – em referência aos ideais monárquicos –, abrindo espaço para a sua “feroz indignação”, diante do que não via muitas opções para confirmar o desejo de ver sua pátria mais livre⁴⁷. O saudosismo em relação à época imperial também marcou a sua produção literária, como ao comparar duas bandeiras, uma na qual refulgia uma coroa, heroica e palpitante, com um brasão dos seus velhos sonhos e a outra que tinha uma espada esburacando os céus⁴⁸, comparando a monarquia e a república no Brasil.

No que tange à sua atuação como jornalista, o ideário monárquico seria ainda mais decisivo nos escritos de Mário de Artagão. Após o advento da forma de governo republicana, manifestaram-se algumas ideias restauradoras no Brasil, de modo que as atividades dos monarquistas refletiam os esforços de um grupo político minoritário que procurou por todos os meios de que dispôs promover a queda do novo regime, chegando a ser responsabilizado pela maioria dos acontecimentos que abalaram os inícios da república, sendo, inclusive, usado para encobrir muitas das dissidências advindas entre os republicanos, bem como para justificar a

⁴⁷ ARTAGÃO, 1894. p. 83, 116 e 119.

⁴⁸ ARTAGÃO, Mário de. *Rimas pagãs*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1933.p. 121-122.

repressão que tinha por objetivo o fortalecimento do poder⁴⁹, e o jornalismo desempenharia importante papel da difusão de tal pensamento antirrepublicano.

O jornalista gaúcho demonstrava abertamente suas diferenças em relação aos novos governantes. Recordando o passado monárquico, ele trazia ao público aquilo que considerava como a lembrança imorredoura do tempo em que os brasileiros eram um povo de homens livres. Para o escritor, a república constituía um túmulo amaldiçoando um povo, pois, durante os poucos anos de sua existência, tal povo vestira o crepe das dores incuráveis e, consternado, debruçara-se sobre o cadáver da pátria. Artagão valorizava a voz e a vez da oposição ao governo, anunciando uma borrasca advinda dos opositores e seu grito apavorante, diante do que os adversários governistas, vacilando nos fofos pedestais de um poder efêmero, cercavam-se de canhões e sabres, esquecendo que as barricadas não foram feitas para um povo que tudo poderia destruir ao se sentir ferido nos seus brios e nos seus direitos⁵⁰.

De peito aberto, Mário de Artagão expunha suas convicções nas folhas impressas, como ao afirmar que das colunas de sua lavra não cessaria de pregar para todos os amigos, que poderiam se irmanar, abraçados à crença política que com entusiasmo defendiam. Dizia ainda que seus leitores sempre o veriam dignamente colocado, qualquer que fosse o custo, pois faria sempre a sua propaganda, respeitando ininterruptamente a ordem

⁴⁹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 11.

⁵⁰ A ACTUALIDADE. Rio Grande, 6 set.1892; 7 set. 1892; e 10 set. 1892.

e, sobretudo, a seriedade de um nome que buscava conservar imaculado⁵¹. De acordo com o jornalista, a nova forma de governo brasileira era inexecutável, já que a república não tinha homens, e quando mesmo não houvesse outras causas que a condenassem, seria aquela suficiente para torná-la inviável na pátria brasileira. Considerava também que seria impossível ao povo acreditar na moralidade dos homens da república, diante do que afirmava que não cessava de olhar saudoso para o passado que não ia longe, e durante o qual foram escritas as páginas mais brilhantes do desinteresse e do patriotismo, numa clara alusão à forma de governo decaída⁵².

As folhas monarquistas brasileiras intentaram através de seus pronunciamentos demonstrar o quanto o país havia retrocedido com a nova forma de governo. Seguindo tais práticas, Mário de Artagão buscava apontar os erros administrativo-políticos e os desmandos socioeconômicos que estariam sendo promovidos pelos novos detentores do poder e realizava comparações sobre a vida brasileira sob os dois diferentes regimes de governo, apontando a monárquica como a ideal e a que melhor se adaptava ao contexto do país. O jornalista/poeta citava alguns dos acontecimentos que considerava como desmandos da administração pública brasileira como a sua política externa, as práticas financeiras inflacionárias, as doações de milhares de léguas de terras para alguns “felizes protegidos” do governo, o tráfico de condecorações e as promoções espontâneas aos militares governistas. Diante

⁵¹ A ACTUALIDADE. Rio Grande, 11 set. 1892; e 13 set. 1892.

⁵² A ACTUALIDADE. Rio Grande, 15 set. 1892; e 16 set. 1892.

disso, questionava até quando duraria tal estado de coisas e fazia referência à revolta que espocava no Rio Grande do Sul, vendo nela uma esperança. Ainda assim, considerava que os brasileiros deveriam expiar as suas culpas, a sua ingratidão e a sua indiferença, devendo ser desmascarado o Brasil Republicano, quanto à corrupção, à fraude, aos latrocínios, às bancarrotas e até aos seus mortos⁵³.

Na mesma linha, Artagão reclamava do “emudecer” da imprensa, do parlamento e da opinião pública, diante daquele “estado de coisas”, fator que só serviria para permitir que apenas o governo “falasse, pensasse e agisse”, transformando o Brasil num corpo inerte, atado à cauda de um ginete desenfreado. Na sua opinião, a falta de liberdade de expressão, característica dos primeiros governos republicanos, era inaceitável. Dessa forma, acusava os governantes de estarem submetendo o jornalismo ao regime da “palmatória”, através do controle direto das autoridades policiais, apontando tal atitude como um insulto atirado às bochechas dos jornalistas e como um desprezo da autoridade pela instituição da imprensa. Exclamava que o Brasil não era uma terra de turcos onde os jornais só escreviam o que o sultão desejava e que a imprensa, como uma conquista da civilização, precisava gozar da mais ampla liberdade, de maneira que toda a tentativa de sufocá-la entrava no capítulo das grandes temeridades⁵⁴.

Comparando a liberdade de imprensa à época da monarquia com a do período republicano, Mário de

⁵³ A ACTUALIDADE. Rio Grande, 5 fev. 1893.

⁵⁴ A ACTUALIDADE. Rio Grande, 5 fev. 1893; e 4 set. 1892.

Artagão afirmava que, nos “saudosos tempos” do Brasil Império era a imprensa uma instituição que dos poderes públicos merecia o maior acatamento, quando o velho imperador era o primeiro a dar o exemplo de amor e de interesse a tudo quanto com ela se relacionasse. Explicava que haviam mudado tais tempos, pois, com a república, quem quisesse ser digno do nome de jornalista, quem quisesse desempenhar com hombridade as suas atribuições no campo da imprensa estaria condenado a sofrer os destemperos dos que julgavam que o século ainda andava sujeito aos bolos das palmatórias. Nesse aspecto o escritor era incisivo e buscava enfrentar aqueles que pretendiam controlar a liberdade de expressão através da imprensa, desafiando que viessem de uma vez a inquisição e os autos-de-fé, pois ainda restaria o consolo de saber que diante do fatídico *crê ou morre* ainda muitos patrícios existiriam que abnegadamente haveriam de preferir *morrer sem crer*⁵⁵.

A liberdade de imprensa, tão ardorosamente defendida por Mário de Artagão, não se constituiu, porém, num princípio que conseguiria garantir a continuidade da publicação do jornal que redigia. Ele já fora perseguido e até ameaçado de morte à época de seu trabalho no *Echo do Sul*, outro jornal rio-grandino, e passou a sofrer um controle cada vez mais próximo de parte das autoridades governistas, culminando com o seu refúgio forçado e posterior afastamento do Rio Grande do Sul. Desse modo, *A Actualidade* seguiria a sina de uma série de jornais monarquistas espalhados pelo Brasil que tiveram de fechar as suas portas, com o

⁵⁵ A ACTUALIDADE. Rio Grande, 4 set. 1892.

desencadear da Revolta da Armada e da Revolução Federalista, implicados que foram seus responsáveis como participantes e incentivadores e/ou acusados de conivência em relação a tais movimentos rebeldes que desafiavam os governantes republicanos⁵⁶. Assim, a repressão calaria a voz de Artagão que dizia ter a alma dilacerada pela dor e saudade dos tempos inolvidáveis das passadas grandezas nacionais. Com o afastamento do poeta da *Actualidade*, a redação do jornal anunciaria ao público que estava autorizada a informar que o seu chefe e amigo abandonara positivamente a imprensa política do país, buscando na tranquilidade do lar o consolo para muita desilusão e sofrimento, tendo pela frente a literatura e o magistério em cujo serviço iria colocar toda a sua dedicação e atividade⁵⁷.

A ação de Mário de Artagão como intelectual e militante era reconhecida no exterior, como no caso de Portugal, de modo que tal conceito se fez presente junto da imprensa portuguesa, mesmo antes de seu autoexílio em terras lusitanas. Nesse sentido, o jornal *Commercio de Portugal* trazia ao público leitor luso um escrito do jornalista, afirmando que, como uma resposta aos que diziam que a ideia monárquica morrera no Brasil e que ela não passara de uma utopia ridícula, iria transcrever um “belo artigo”, da *Actualidade*, a comemorar o primeiro aniversário da sua fundação no Rio Grande do

⁵⁶ ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1999. p. 257-260; e ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2002. p. 377-382.

⁵⁷ A ACTUALIDADE. Rio Grande, 17 set. 1892; e 4 maio 1894.

Sul. Enfatizava a publicação portuguesa que, com tal transcrição queria também prestar a homenagem do seu apreço e respeito, pelo “ilustre redator em chefe da honrada folha monárquica brasileira”, Mário de Artagão, que “tão corajosa e intrepidamente” sustentava as suas patrióticas ideias, e fazia propaganda calorosa pelo restabelecimento da monarquia no Brasil. No conteúdo do texto transcrito, o intelectual rio-grandense dizia que, com a coragem dos que tinham um dever a cumprir e com abnegação, metera a ombros a “gloriosa tarefa” de fundar uma folha abertamente monárquica no período mais agudo e mais anárquico da história nacional⁵⁸. Tendo em vista suas convicções, Mário de Artagão afastou-se do Brasil republicano para a monárquica Portugal, entretanto, acabaria por conviver com mais uma transição de forma de governo em sua vida, ou seja, a implantação da república portuguesa.

Durante o autoexílio, Mário de Artagão não abandonaria sua produção literária. Ainda que suas convicções políticas, em algumas das obras escritas em terras portuguesas, ficassem mais presentes nas entrelinhas do que no conjunto dos textos, outras delas acabariam por transparecer em meio a tais livros. Ainda que fosse um ardoroso monarquista, Antônio da Costa Correia Leite Filho, desde seus primeiros trabalhos, sustentou certos pendores contrários à ampla predominância da religião católica. A princípio, tal pensamento poderia ser considerado uma significativa incoerência, pois como seria compatível sustentar ideias monárquicas e de defesa de um país que tivera uma forma de governo e uma constituição que previa o

⁵⁸ COMMERCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 12 nov. 1893.

catolicismo como religião oficial e, ao mesmo tempo, manifestar-se antagonicamente em relação a tal religiosidade. Entretanto, a explicação se dá a partir da perspectiva pela qual vários pensadores e políticos da época monárquica, apoiavam ardorosamente um ideário anticlerical e mesmo contrário ao oficialismo religioso, com foi o caso de muitos dos seguidores do liberalismo. Além de tal aversão ao catolicismo, o autor evidenciava também preocupações de cunho social, retratando as agruras da pobreza que não vivera na carne, mas pode observar nos diversos lugares em que esteve.

Na última de suas obras publicadas, *Feras à solta*, Mário de Artagão expressaria várias facetas desse pensamento anticlerical e de sua preocupação social. Tal obra foi editada em 1936, pela Gráfica Portuguesa, em Lisboa, e nela o autor se apresentava, já na capa, como membro da Academia de Letras do Rio Grande do Sul, demonstrando seu apego ainda existente à terra natal, uma vez que pertencia a outras instituições acadêmico-culturais, mas preferira destacar o seu vínculo à entidade sul-rio-grandense. O livro trazia ao público, em essência, as conversas entre dois homens e, no primeiro capítulo, intitulado “Na Tasca”, era descrita uma noite de Natal, em um bairro excêntrico de uma grande cidade europeia, com um inverno fustigante, na qual se encontraram Patrício e Marcos, recolhendo-se a uma tasca de travejamento desconjuntado. Ambos desenvolviam diálogos que o escritor expressava na forma de versos, o primeiro era um religioso que mitigava suas agruras através da fé, o segundo, um incrédulo e cético para com os assuntos divinos e um revoltado com as desigualdades sociais. Na conversa, Marcos lastimava sua sorte e situação de penúria,

afirmando ao conhecido que não deveria pensar que ele sempre fora o esgarço de um esgarço, pois chegara a ter no brasão quartéis de bom costado e um bispo por avô, em estirpe sem igual, mais nobre que a dos reis na conquista do Graal. Mas acabara chegando àquela situação de um farrapo que chafurdava na lama, sem pão para comer e sem cama⁵⁹.

Em seguida, Marcos fazia uma longa explanação sobre os caminhos e descaminhos de sua vida e suas formas de pensar e agir. Declarava que, apesar do sangue azul nas veias, lhe mordiam por dentro as desgraças alheias, como um sentimental idiota, ou um Quixote moderno, com pena dos pulmões que tossiam pelo inverno. Afirmava ainda que lera toda a Enciclopédia e Voltaire, o maldito, vindo um dia a despertar de bruços no infinito e, a cavalo no sonho, andar de astro em astro, a medir, a sondar, a farejar o rastro de um princípio sem fim. Dizia ainda que auscultara sem cansaço as válvulas senis do coração do espaço, e tudo cheirava a um açougue enorme, no qual, tragicamente, a morte nunca dormia e onde nada vira ou palpara que lhe desse um sentido forte, sacro, imortal, de um mundo concebido, só havendo em tudo uma luta vil e sem heróis. Comparava a existência a um casebre que haveria de cair, escanzelado e impuro, como caía na esterqueira um fruto de maduro, não passando disso a vida e a “harmonia celeste”, arrematava com ironia⁶⁰.

Tendo em vista tal descrição, Patrício argumentava que o tempo fora agreste e torvo para eles,

⁵⁹ ARTAGÃO, Mário de. *Feras à solta*. Lisboa: Gráfica Portuguesa, 1936. p. 5-6.

⁶⁰ ARTAGÃO, 1936. p. 7.

mas, embora também faminto, ele não sentia aquela mesma angústia de viver. Diante de tal asserção, Marcos salientava seu espírito de revolta, exclamando que o conformismo do outro se devia ao fato de que ele acreditava no Estado e ainda ia à missa, pedindo àquele pão, enquanto a Deus pedia justiça, dormindo a rezar ao pé da fogueira, que ainda haveria de lamber, convulsa, a Terra inteira. E prosseguia em suas críticas às crenças de Marcos, destacando que este abençoava a cruz que lhe enclavinha os pés e que precisaria ser parvo para ainda crer que Moisés tomara indigestões de maná no deserto, ou nos judeus atravessando o Mar Vermelho aberto e, irônico, afirmava que, estando às portas do Natal, quem sabe aquele desgraçado não teria a ventura de o céu mandar-lhe um faisão recheado. Diante de tantas imprecações, Patrício perguntava se os céus ou Deus teriam feito algum mal ao seu interlocutor, o qual respondia que não se queixava, mas negava o bíblico mistério, que fora buscar o barro ao pó de um cemitério, não aceitando um ser que criava para depois matar, ao invés de manter uma Terra bailarina eternamente em flor⁶¹.

Provocando Marcos a respeito de suas crenças, Patrício afirmava que lia Kant, ao passo que o outro se dedicava a Bakunin. Aquele respondia em desafio que ele lia um revoltado e o outro, um pedante, e perguntava se o conhecido não iria concordar que, quando estiveram num catre de hospital, suas visões estavam muito mais ligadas a uma bomba e à ponta de punhal, ou questionava ainda se, na mesma situação, em noites hibernais, ouvindo o coração, como um martelo de aço a

⁶¹ ARTAGÃO, 1936. p. 8-9.

forçar uma porta, não teria dado um pontapé na velha crença morta. Mantendo o discurso antirreligioso, perguntava ao outro que também era pobre e se vestia como ele, por que não dava ao diabo a sua crença em Cristo. Voltando ao tema do tratamento hospitalar, associava a religião às desigualdades sociais, perguntando se seria normal que um nobre e gordo ratoneiro, só por ter dinheiro, lucrasse ainda mais com o roto cobertor de um triste lazarento e, mantendo o tom de revolta, exclamava que todos deveriam seguir avante, além da barricada, de onde romperia a nova madrugada⁶².

Ainda manifestando suas ideias anticlericais, Mário de Artagão, através do personagem Marcos, questionava as “lendas do evangelho”, afirmando que, com mil anos, um livro sempre seria “velho”. Sobre o mesmo tema, referia-se ao “livro das necroses”, o compêndio secular de todas as nevroses, caruncho brutal de trágicas matanças que, com o gládio, sangrava o peito das crianças. Considerava a bíblia ainda como um livro que perturbava e era fantasista, que era surdo a um rouxinol, mas fazia falar um burro e parar o sol. Manifestava também sua descrença integrada à crítica de fundo social, declarando que Cristo pregara os códigos supremos num mundo muito diferente daquele em que eles estavam, não havendo lugar para viver pelo perdão, nas forjas e nos cais, nas gargantas das minas, no hálito letal das negras oficinas. Apontava que, em tais locais, o homem, a ulular, não vivia de perdão, precisando, ao invés disso, de mais ar, luz e pão. E complementava, argumentando que Jesus não tivera de enfrentar a

⁶² ARTAGÃO, 1936. p. 9-10.

cainçalha feroz da agiotagem moderna, esse inimigo audaz, impassível, viscoso, usurpador e voraz que vivia da usurpação do pobre que moirejava como um chacal que as podridões farejava⁶³.

Ambos continuavam debatendo, cada qual com suas convicções, até o encerramento da conversa quando se separavam, para só voltar a um novo encontro em um outro capítulo do livro. Mas, antes de tal desfecho, Marcos faria uma longa peroração acerca das desigualdades sociais presentes nas vivências humanas desde os mais remotos tempos, mas que teriam se agravado na contemporaneidade, usando argumentos tão contundentes que até o crédulo Patrício, num estado de semi-embriaguez, acabaria dando razão a ele. O quadro seguinte apresenta as preocupações de natureza social de Mário de Artagão, presentes nas palavras de Marcos⁶⁴:

*Os sonhos da Judéia! Horizontes sem asa,
Que não iam além das campas de Gerasa!
Nesses tempos de hipnose um rude assalariado
Só conhecia o Templo e as relhas de um arado!
Quisera vê-lo cá, nesta imensa agonia,
A rilhar, soluçando, o pão de cada dia!
Um mundo patriarcal! Um punhado de servos
Sem a nossa revolta e sem os nossos nervos!
Onde havia por lá os corações enfermos
Que adoecem de tédio... inda antes de vivermos?!
Guindastes anormais! Crepitações elétricas!
O infinito da linha; as torvas linhas métricas
Que varam o deserto e os matagais incultos
Deixando pela estrada os corpos insepultos!*

⁶³ ARTAGÃO, 1936. p. 11-14.

⁶⁴ ARTAGÃO, 1936. p. 15-17.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

*Chispas em redemoinho, o fumo que sufoca
E nos trás um sabor de sangue vivo à boca!
Saturnismos fatais! Os mastodontes de aço
Com os dentes da grelha a rir do nosso braço!
Monopólios! Cartéis! As maltas industriais
Talhando o mapa-mundi em pingues sucursais!
As casas de penhor! A doirada canalha
Que vê num barco o leito... e não vê a fomalha!
A sôfrega avidez de bocas de criança,
Mastigando de longe, em visões de faiança,
Os restos que um nababo atira aos seus lacaios!*

*O mar-alto a rugir! A luta dos catraios
Levando para o fundo o pescador indômito,
Que lança para o céu a praga, como um vômito!
A atroz terceira classe infecta dos porões!
Um mineiro sem ar, na treva, aos apalpões!
A guerra!... A guerra, enfim! A loba insaciada,
Que derruba um herói, de borco, na escalada!
E que são os heróis?! São sempre os nossos filhos,
Que inda levam na boca o cheiro dos junquinhos
Que uma noiva atirou à beira dos caminhos!
Morrem a cantar, como os rouxinóis nos ninhos!
E quem foi que os matou?... O Capital-Falperra,
Sem entranhas, feroz, que manda para a guerra
A mocidade em flor!... Sangue das nossas veias!
Mas ele, o Parasita, arrotando nas ceias
Um carnudo salmão comprado a peso de ouro,
Bolsista, ladravaz, comensal do Tesouro,
Enquanto o sangue espirra e golfa na trincheira,
Lê os jornais... sorri... dá balanço à carteira,
Consulta o Deve-e-Haver... depois queima um charuto,
E dorme, regalado, um grande sono, o bruto!
Quer tudo! Também quer que o bom Deus o proteja...
Por isso, matinal e a pé, vai sempre à Igreja!
Que lhe importa saber se o verbo amar é frouxo
Quando o conjuga um lábio enregelado e roxo?!*

Apenas esse primeiro capítulo da obra derradeira de Antônio da Costa Correia Leite Filho, *Feras à solta*, serve para observar uma faceta de seu pensamento presente em outros de seus livros, manifestando um espírito revoltado em relação ao clericalismo e às mazelas sociais. O fato de politicamente ser identificado com a monarquia, numa convicção que lhe custaria inclusive o afastamento de sua pátria, não impedia que Mário de Artagão também pudesse militar nas ideias anticlericais, assim como, mesmo sendo um homem rico, não deixasse de ponderar quanto às injustiças de ordem social. Retomando as palavras de Guilhermino Cesar, citadas anteriormente, Artagão associava em seu ideário monarquia, darwinismo científico, revolta social e contrariedades em relação à Igreja. Naquela virada de século ele estudara em lugares diferentes e lera de muitas fontes diferenciadas, vindo a metabolizar, sintetizar e mesmo amalgamar princípios que vieram a nortear seu modo de pensar.

Em política, ele, como jornalista e poeta, colocou-se não só na oposição, mas também na resistência ao autoritarismo dos primeiros governantes republicanos tanto no contexto nacional, quanto no regional, enfrentando a repressão que lhe renderia o autoexílio. Por meio da imprensa e da literatura, ousou enfrentar os novos detentores do poder em sua sanha e intransigência contra os que discordavam do novo regime, ainda mais se os mesmos fossem monarquistas, até que não mais lhe foi possível continuar na ingloria empreitada, tendo em vista que o jornalismo brasileiro, nos primeiros anos da república, só teve duas alternativas – calar-se ou ser calado. A ferrenha

insubordinação manifesta abertamente para com os republicanos trazia em si o gérmen do espírito de revolta que já expressara em suas primeiras obras, e marcaria as demais que se seguiram, também voltado à excessiva religiosidade da sociedade brasileira e às diferenciações sociais.

Ainda que tenha sido a nova forma de governo que transformou o Brasil num país laico, eliminando a religião oficial da época imperial, o anticlericalismo não foi uma ideia presente apenas no pensamento republicano, uma vez que, ainda nos tempos monárquicos, muitos foram os homens públicos e intelectuais que, monarquistas e muitos deles políticos liberais, defenderam reformas no modelo institucional brasileiro, inclusive no que tange à presença de uma religião atrelada ao Estado, criticando-a com veemência. Nesse sentido, não deveria haver necessariamente contradição entre o monarquismo de Antonio Leite Filho e suas manifestações anticlericais. Já no que tange ao discurso voltado a denunciar as chagas de uma sociedade desigual, o poeta vinha de uma família abastada, que lhe garantiu excelentes condições de existência, bem como as oportunidades de conhecer o mundo e pensadores de variadas tendências, não sendo pouco comum entre eles, a existência de alguns que, mesmo não pertencendo às “classes populares”, tenham se dedicado a estudá-las e denunciar seus sofrimentos, como foi o caso do escritor rio-grandense. Mário de Artagão conviveu com diferentes formas de ver e pensar as sociedades, assimilando-as, apreendendo-as e interpretando-as à sua maneira, resultando em ideais uniformes e/ou amalgamados que compuseram suas convicções, as quais inevitavelmente viriam a marcar a

BREVES ENSAIOS ACERCA DE VIVÊNCIAS LITERÁRIAS NO RIO GRANDE DO SUL

sua produção literária, fosse aquela elaborada na juventude ou ainda quando estava em seus estertores, resultando em uma obra ímpar e particular no rol da intelectualidade sul-rio-grandense.

A construção do mito do dragão gaúcho na produção literária rio-grandense-do-sul: uma introdução à obra de Fernando Luiz Osório*

Figura brônzea do Dragão
Dos términos do Sul, na amplitude natal
Dos pagos imortais...
O soldado – pastor, o poeta da ação
Heroico e sonhador
Dos primeiros brasões
Do Rio Grande...

Fernando Luiz Osório – *Legenda continentina*

Na virada da década de 1920 para o decênio seguinte, tornou-se recorrente à produção intelectual em suas manifestações científicas, artísticas e culturais a busca pela criação de certos estereótipos para justificar a formação sul-rio-grandense inserida num contexto de integração com o todo nacional. De acordo com o novo *status* que o Rio Grande do Sul passava a ocupar no contexto nacional, desde os primórdios até a

* Texto publicado originalmente na Revista *Scientia historica*. Rio Grande: Associação dos Pós-Graduados em História da Cidade do Rio Grande, 2006, v. 3, p. 9-26.

consolidação da chamada Era Vargas, tornava-se necessário, segundo a intelectualidade de então justificar um Rio Grande do Sul essencialmente brasileiro, ou seja, intentava-se demonstrar-se que a evolução histórica rio-grandense-do-sul estaria vinculada exclusivamente à ação luso-brasileira, deixando de reconhecer as influências do quadro platino naquela edificação histórica. Ocorreria nessa época um esforço no sentido da afirmação dessas identidades, num processo de criação de mitificação/heroicização no que tange a fatos e personagens. Nessa conjuntura, os dragões que atuaram no Rio Grande do Sul no período colonial seria elevados à categoria dos heróis fundadores do “Continente de São Pedro”.

O regimento de dragões fora criado no Rio Grande do Sul ainda à época da fundação do Presídio Jesus-Maria-José e, progressivamente, seria ampliado numericamente e expandiria sua atuação ao longo do território rio-grandense-do-sul nas constantes disputas territoriais luso-hispânicas. A intelectualidade dos anos vinte e trinta encontraria nos dragões um dos arquétipos para a edificação dos mitos e lendas que teriam movido a história gaúcha em sua identidade com a “comunhão brasileira”. Para os escritores de então os militares pertencentes aquele regimento atuavam em nome de um pressuposto patriotismo, calcados na abnegação e no altruísmo de personagens que, acima dos interesses individuais, teriam se antecipado na luta por uma nascente pátria. Buscava-se, assim, justificar nos “exemplos” dos antepassados, os pendores nacionalistas tão em voga no período do entre-guerras, inserindo-se o Rio Grande nesse processo de inclusão junto à nação dos brasileiros.

BREVES ENSAIOS ACERCA DE VIVÊNCIAS LITERÁRIAS NO RIO GRANDE DO SUL

Um dos escritores que mais se dedicou à mitificação da figura do dragão gaúcho foi Fernando Luiz Osório. Nascido na cidade de Pelotas, Fernando Osório (1886-1947), como assinava o próprio autor era Bacharel em Direito, atuando também como sociólogo, musicista, ensaísta, romancista, historiador e biógrafo. Osório bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro (1910), atuando como advogado em sua cidade natal, catedrático de Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito de Pelotas, foi ainda fundador e diretor da Academia de Comércio da mesma cidade, professor do Ginásio Pelotense, diretor da Escola de Artes e Ofícios de Pelotas, presidente da Biblioteca Pública Pelotense, membro da Academia Rio-Grandense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Desse modo, constituía-se o escritor num exemplo típico do “homem das letras” de sua época. Fortemente influenciado pelo contexto político-ideológico de então, Fernando Luiz Osório elaborou um significativo número de livros, artigos e ensaios onde prevalecia a abordagem da formação sul-rio-grandense⁶⁵.

⁶⁵ Sobre o escritor, observar: MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, IEL, 1978. p. 413-414.; e VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: IEL, A Nação, 1974. p. 354-356. Dentre suas obras voltadas ao Rio Grande do Sul, pode-se destacar *História do General Osório*, *A cidade de Pelotas*, *Sociogênese da Pampa Brasileira*, *Traços eternos do Rio Grande*, *Legenda dos Dragões*, *Fogo morto*, *Legenda continentina*, *Um gaúcho brasileiro*, *Flama garibaldina*, *A Guerra dos Farrapos*, *Mulheres farroupilhas*, *A graça e o lirismo heroico dos farrapos*, *A religiosidade e o sacerdócio dos farrapos*, *A ação e os propósitos orgânicos dos farrapos*, *A epopéia*

Em suas obras, Fernando Osório buscava demarcar sua atuação como historiador e sociólogo, embora as funções específicas ainda aparecessem bastante confusas nessa época. As atividades culturais do escritor também se dirigiram à produção de caráter literário, em prosa e verso, com a elaboração de romances e escritos poéticos. Ao longo dessa extensa obra, o dragão gaúcho é um personagem amplamente enfatizado pelo autor, enaltecido, transformado em verdadeira lenda e elevado ao panteão dos formadores da “alma gaúcha”. Dentre os trabalhos de Osório onde mais se fez presente a figura do dragão destacam-se *Sociogênese da Pampa Brasileira*, *Traços eternos do Rio Grande*, *Sangue e alma do Rio Grande* e *A formação dos dragões e os primeiros Osórios do Rio Grande*, todos, segundo sua própria concepção, de natureza histórico-sociológica. Além desses, os dragões foram também personagens centrais em sua produção literária como no caso do romance histórico *Fogo-morto* e na poesia *Legenda Continentina*, publicada em 1929, constituindo-se a mesma no objeto de interpretação do presente estudo.

De acordo com a época em que escreveu, para Fernando Luiz Osório, a atividade literária deveria estar ligada ao bem que faz o fervor do alto patriotismo, bem como à harmonia, ao fulgor da comunhão de sentimentos e ideias em marcha dos que trabalham, amam e pensam com um intuito social, sem a fruição do orgulho, da frivolidade e retórica, lavrando a alma da

dos fronteiros, O rincão de Pelotas, A formação dos Dragões, A trincheira de Castilhos, A Guerra Guaranítica, Sangue e Alma do Rio Grande e O destino do Rio Grande e seu patriarca.

nação⁶⁶. O autor considerava que a literatura, tanto em prosa como em verso, deveria demarcar a simpatia pela terra e o deslumbramento por ela suscitado⁶⁷. Para ele o romancista não é apenas o historiador das pessoas que não têm história⁶⁸, e destacava que os homens de cultura educadora e de pensamento útil deveriam se concentrar no culto das tradições, no lendário nativo, na gaucheria literária, na história e na lenda⁶⁹. Nesse sentido, elaborou a *Legenda Continetina*, conjunto de versos sem maiores preocupações métricas ou formais, nos quais o autor reunia – inclusive textualmente – várias de suas asserções até então realizadas a respeito da atuação dos dragões gaúchos.

Osório buscava identificar os dragões com a gênese do Rio Grande do Sul, localizando-os como protagonistas dos atos fundadores da Capitania. Nessa linha, demarcava a participação do regimento junto à expedição de Silva Paes e o seu posterior papel na defesa das fronteiras gaúchas. O autor intentava demarcar a identificação dos militares com as terras do Sul, tanto na guerra como na paz, ou seja, como “soldado” e “pastor”, em outras palavras, enaltecendo sua atuação na guarnição das terras e na fixação do homem às mesmas. Segundo o escritor, ao referir-se à formação colonial

⁶⁶ OSÓRIO, Fernando Luiz. *Sociogênese da Pampa Brasileira*. Pelotas: Livraria Commercial, 1927. p. 75.

⁶⁷ OSÓRIO, Fernando Luiz. *Sangue e alma do Rio Grande*. Rio Grande: Globo, 1937a. p. 214.

⁶⁸ OSÓRIO, Fernando Luiz. *Fogo-morto (romance histórico)*. Porto Alegre: Globo, 1930. p. 54.

⁶⁹ OSÓRIO, Fernando Luiz. *Traços eternos do Rio Grande*. Porto Alegre: Globo, 1928. p. 11.

gaúcha, o despontar do gênio continentino deveria ser demarcado pela atuação desse primeiro soldado rio-grandense que, respirando a livre atmosfera de pampa e coxilha e inspirando tal povo selecionado em combate e acampamento, defendeu a obra, iniciada pelo bandeirante⁷⁰. Incorporava, assim, Osório o estereótipo atribuído, no centro do país, à figura do bandeirante paulista, pois, tal como esse, o dragão seria o homem à frente de seu tempo, antecipando o ideal patriótico.

No começo
Trinta e sete eles eram, os Dragões
E no arremesso
E no milagre desse apostolado
Multiplicou-se o bom soldado
De trinta a mil
Murallhando o Brasil!
(...)
Figura brônzea do Dragão
Dos términos do Sul, na amplitude natal
Dos pagos imortais...
O soldado – pastor, o poeta da ação
Heroico e sonhador
Dos primeiros brasões
Do Rio Grande...⁷¹

Para o autor o gaúcho representava um ideal de raça, verdadeiro baluarte do civismo brasileiro^j, um

⁷⁰ OSÓRIO. 1928. p. 20.

⁷¹ OSÓRIO, Fernando Luís. *Legenda continentina*. Porto Alegre: Globo, 1929. p. 3 e 8. Nas citações referentes a esta obra, as palavras foram atualizadas em sua grafia, no entanto, permaneceram a forma original dos versos, bem como a utilização das letras maiúsculas.

BREVES ENSAIOS ACERCA DE VIVÊNCIAS LITERÁRIAS NO RIO
GRANDE DO SUL

herói eterno, formando o povo rio-grandense, de trabalhadores e patriotas, valente, sofredor e cavalheiroso, que deu à pátria seus melhores filhos, impulsionados pelas multidões, que eles conduziram, sintetizando e adquirindo a consciência dos seus desejos profundos desse “povo paladino”; fazendo, a partir daí, prosperar os atributos nativos dos mais brilhantes batalhadores da história nacional. De acordo com Fernando Osório, era necessário, ao escrever-se a respeito da formação rio-grandense, que se pusesse em comunhão todas as lendas vivas do Rio Grande, para que, descortinado esse rol de heróis e de patriotas, essa escola de sábios e de estadistas, se marchasse em direção à crença do herói-futuro⁷². Nesse cenário de heróis, seria preponderante o papel dos dragões, destacados não só por seus “feitos”, mas até pela sua aparência, atribuindo-lhes um autor um garbo que se coadunava amplamente com a beleza da terra conquistada pelos lusos:

Lírico e nobre, o sangue azul
E o fardamento de ouro sobre azul...
O campeador
Do Regimento de eleição
Que se formou da flor
Da mocidade... forte
No orgulho sadio da coorte
Nesta manhã da humanidade
(...)
O herói com o seu amor
Aqueceu e abençoou
E a própria serra
No dizer de um forâneo

⁷² OSÓRIO. 1928. p. 15-16, 30 e 35-36.

Da brasileira costa
Vendo que ela morria
Em suaves ondulações
Ao penetrar no Rio Grande
Até a natureza parecia
Curvar-se ao capacete dos Dragões
À majestade dos caráteres!⁷³

Outra característica marcante da obra de Osório é a de identificar nos dragões a origem do gaúcho e das características do povo rio-grandense. De acordo com ele o dragão era a sentinela avançada da pátria que se transformara em gaúcho, tornando-se a alma singular do “gaúcho brasileiro” que formou o Rio Grande, verdadeiro “seminário de heróis”, “escola de bravos” e “viveiro de patriotas”⁷⁴. De acordo com essas ideias, na *Legenda Continentina* ficavam demarcados mitos da formação rio-grandense-do-sul como o do “centauro dos pampa”, orientado pela liberdade, pela ordem e pela honra e, acima de tudo, pela brasilidade, afinal era o gaúcho o “filho mais moço do Brasil” e “irmão do sertanejo”:

Águias com asas de minuanos
Respirando o mais puro dos ares
Que sopra em dois oceanos:
De coxilhas e de almas...
Grandioso e temerário
Relicário
Da alma continentina
A elaborar a disciplina

⁷³ OSÓRIO. 1929. p. 3 e 16.

⁷⁴ OSÓRIO. 1937a. p. 11-13.

BREVES ENSAIOS ACERCA DE VIVÊNCIAS LITERÁRIAS NO RIO
GRANDE DO SUL

Como a tendência, militar e social
Do Povo Rio-Grandense
Por um liame de cooperações
Sob a influência da vida pastoril
Impávidos Dragões
Transformados no gaúcho
Filho mais moço do Brasil
E irmãos do Sertanejo
No meneio da gleba e no lampejo
Da vontade, O intrêmulos Gaúcho
Que o luxo da liberdade
Condicional pela ordem, pela honra
Amante da família, enamorado da terra e de si
mesmo
Na idealidade de um Quixote consciente
Definitivamente
A equilibrar-se no seu fado
Pois era natural que nascesse soldado o Rio Grande
Cujas preparação
Sociogênica é um termo essencial
Na América do Sul⁷⁵

Osório enfatizava que os dragões constituíram uma das maiores contribuições na demonstração do quinhão patriótico que teria marcado as vivências dos rio-grandenses, referindo que os mesmos já possuíam um ideal de pátria, por um íntimo sentimento, que chamava de instinto de nacionalidade, segundo ele, fenômeno sociológico de enorme alcance político, na fidelidade do Rio Grande à pátria⁷⁶. Em seus versos, o escritor demarcava a coragem dos “invictos dragões” que, nos primórdios do Rio Grande foram “unha e garra

⁷⁵ OSÓRIO. 1929. p. 6-7.

⁷⁶ OSÓRIO. 1928. p. 22.

do país”, bem como, através de sua ação madrugara o “instinto nacional” junto à população rio-grandense:

Na primavera da evolução
Unha e garra do País
Nas difíceis ocasiões!
Invictos Dragões do Rio Grande
Grande rio de amor
Terra moça... de sol... E pátria do tufão!
(...)
Nesse insigne instante
Era a alma continentina do gaúcho
Um fenômeno novo
O alvorecer de um povo
Formando-se a si próprio
E formando o Rio Grande
Das cinzas dos fogões
Dos bivaques crioulos dos Dragões
Em cujo peito de aço
Ao aço limpo dos arados
Luzindo pelo tempo e pelo espaço
Madrugou o instinto nacional
O pensamento criador da imagem ideal
Do Rio Grande...⁷⁷

Os conceitos de altruísmo/patriotismo aparecem ao longo de grande parte da *Legenda Continentina*, buscando o autor exemplificar com vários dos atos atribuídos aos dragões ao longo da história gaúcha. Além disto, para corroborar com a mitificação em torno da figura do dragão gaúcho, Fernando Luís Osório chegou a lançar mão do caráter simbólico que a criatura mitológica de mesmo nome poderia inspirar. Segundo o

⁷⁷ OSÓRIO. 1929. p. 4-5.

autor, o sentido simbólico admirável do dragão fora deturpado no Ocidente – identificado com o gênio tentador, com o espírito do mal, na eterna rebelião contra a beatitude – e contrapunha essa visão a partir das teogonias orientais, onde a imagem do dragão significava a força cósmica criadora e renovadora, a ânsia de emoções, o espírito de luta contra a inércia, a imagem primordial da transformação constante e da imortalidade⁷⁸.

De que se fez capaz o Corpo de Dragões
De exemplos construtores de civismo
Ao eco americano do cavalheirismo heróico
E do respeito poético à mulher
De que há mister, com suave unção
A representação ideal
Legenda viva a decantar
Na Poesia da História
Inconfundível círculo de glória
Sublime escola de abnegações
Que precisamos por em comunhão!
(...)
Como os Dragões alados
Dos contos mitológicos das Mil

⁷⁸ OSÓRIO, Fernando Luiz. A formação dos dragões e os primeiros Osórios do Rio Grande. In: *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1937b. v. 2. p. 169. Segundo o *Dicionário de símbolos*: o dragão aparece essencialmente como um guardião severo ou como um símbolo do mal e das tendências demoníacas. Ele é, na verdade, o guardião dos tesouros ocultos, e, como tal, o adversário que deve ser eliminado para se ter acesso a eles. CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 349

E Uma Noites, predestinados
A defender tesouros
Os tesouros da sua vocação
A vocação do Rio Grande
O destino de alma e o destino de sangue
Continentino
Da grande alma brasileira às soltas
Pela livre atmosfera dos rincões
Terra de bênçãos e de redensões
Na posição e nos assombros
De que sustenta o Brasil inteiro sobre os ombros!⁷⁹

O “altruísmo patriótico” dos dragões deveria, segundo Fernando Osório, ser um tema vital para aqueles que desejassem abordar a história da formação colonial rio-grandense, já que essa se tratava de uma fase de típicos episódios de grande interesse da história, ou seja, o Primeiro Rio Grande, em tempos que foram cruéis, duríssimos e heroicos, quando se cristalizaram o caráter de um povo, aprimoradas, pelas condições do meio, qualidades de tenacidade, de resistência, de combatividade. De acordo com o autor, a trajetória dos dragões marcou, no coração da terra, a linha-mestra, a nervura máxima da formação do Estado Rio-Grandense – um palco favorável ao desenvolvimento das façanhas equestres do centauro *intrêmulo* – ou seja, um Rio Grande Brasileiro, no qual se dilataram as lindes nacionais, unidas aquelas terras da Campanha ao destino da pátria⁸⁰.

⁷⁹ OSÓRIO. 1929. p. 8 e 12.

⁸⁰ OSÓRIO. 1937a. p. 10-12.

BREVES ENSAIOS ACERCA DE VIVÊNCIAS LITERÁRIAS NO RIO
GRANDE DO SUL

A salvar
As tradições
A língua que falamos, os costumes, os usos
E os princípios comuns
À entrada da Pátria!
A Pátria do Dragão
Que tem a forma de um coração
Na glória e na poesia
Ressoando a música dos Pampas
Música da saúde e da alegria
Saúde física e moral
Do Brasil⁸¹

Na concepção de Osório, os dragões tiveram um papel decisivo na construção da nacionalidade para os sul-rio-grandenses, uma vez que os mesmos haviam defendido, desde as jornadas coloniais, além do território, a língua, as tradições, os usos, os costumes comuns, e, em síntese, o “ideal da raça”⁸². Nos versos da *Legenda Continentina*, são traduzidas as ações dos dragões desde os primeiros tempos do Rio Grande do Sul, até a virada do século XVIII para a centúria seguinte, com a incorporação do território missioneiro, bem como são apontadas as continuidades do “espírito” do dragão, já durante o período imperial, mormente nas guerras das questões platinas:

Calando na imaginação
Ressuscitadora do passado
Na conjunção do plano e da figura
Brônzea figura do Soldado

⁸¹ OSÓRIO. 1929. p. 11-12.

⁸² OSÓRIO. 1928. p. 22.

Do Regimento de Dragões
Que, num brado de fé,
Conquistou as Missões
A terra de Sepé
Com inaudito destemor
Levando o espanto
José Borges do Canto
Pelas quebradas...
O Dragão desertor
Léguas quadradas
Cinco mil! ao Brasil
Incorporando desta vez
Esse viveiro de patriotas
Que o Primeiro Visconde de Pelotas
O General - Dragão formou sobre-humana expedição
Em menos de um mês! senhores da vitória!
Desembainhando como o cavaleiro antigo
A alma e a espada ao perigo
Em desfilada para a glória
No tablado da história e da legenda...
Invictos Dragões
De rútila memória...⁸³

Tendo em vista suas convicções e de acordo com o novo cenário político que se anunciava, Fernando Luís Osório incorreu no mesmo tipo de procedimento da maior parte dos intelectuais seus contemporâneos, quer seja, o de traduzir a ideia de um Rio Grande do Sul exclusivamente luso-brasileiro, sem qualquer tipo de vínculo à formação hispânica⁸⁴. Nesse sentido, buscava demarcar que permanecer brasileiro fora sempre a luta

⁸³ OSÓRIO. 1929. p. 15-16.

⁸⁴ Sobre tal concepção, observar: GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992

BREVES ENSAIOS ACERCA DE VIVÊNCIAS LITERÁRIAS NO RIO
GRANDE DO SUL

do Rio Grande, tema, até hoje, da vida do Brasil – a unidade, refletindo os acontecimentos pelos quais o país passava nos anos vinte e trinta⁸⁵. Na mesma linha, Osório explicava que os dragões foram construtores de uma “mentalidade brasileira e não-platina”, uma vez que haviam ligado as terras gaúchas aos destinos da pátria, de modo que as mesmas ficaram perto do Amazonas e muito longe do Prata, através da marca indelével, do encanto e da força da língua portuguesa⁸⁶. De acordo com tal concepção, para o escritor, o dragão aparecia como a síntese da formação lusa do Rio Grande do Sul:

Terra aberta do Sul...
Onde o Dragão parece
O leão do Dante, o *Lion che possa*
Vigilante de aspecto
Tão diferente do gaúcho malo
Das comarcas do Prata
Ereto... a cavalo
Em cavalos monarcas...
Ovantes patriarcas
(...)
Primeira força regular que apareceu
Já segura de si e certa do seu meio
Força de integração
Força que veio
Com a geração continentina...
Já não era o açoriano e não era o lagunense
Nem o índio e o espanhol e o bandeirante

⁸⁵ OSÓRIO. 1927. p. 37.

⁸⁶ OSÓRIO. 1930. p. 44.

E era tudo isso... O despontar do gênio rio-grandense⁸⁷

Fernando Luiz Osório deu ampla ênfase ao caráter militar da formação sul-rio-grandense associando guerra e militarismo com as disputas entre lusos e hispano-americanos, num ambiente cuja “heroica” participação dos dragões seria notória. Nessa perspectiva, destacava o autor que o dragão era o campeador que preparou a história rio-grandense, sozinho e vigilante, comparado ao exemplo grego de Hércules, a esmagar, sem amparo de ninguém, no berço, a serpente ameaçadora da integridade territorial, *atalaiando* as lindes nacionais, como força defensiva, o olhar voltado para o horizonte distante e o espaço castelhano, num cunho majestoso da ação integradora, decisiva, que a atitude invicta do gaúcho, coletivamente, imprimiu com revivescências históricas, no branco mármore da coragem⁸⁸. Mais uma vez ficava demarcada a crença no “avanço patriótico” dos dragões nos confrontos com o histórico inimigo espanhol:

No viso das coxilhas
Cenário das guerrilhas, dos pastoreios e trigais
Invictos Dragões!
Na distância dos tempos coloniais
Anteparo de rudes invasões
Nessas jornadas
Pelos pampas sem fim
Atropeladas de lutas...
Batendo a terra larga

⁸⁷ OSÓRIO. 1929. p. 4-5.

⁸⁸ OSÓRIO. 1928. p. 20-22.

BREVES ENSAIOS ACERCA DE VIVÊNCIAS LITERÁRIAS NO RIO
GRANDE DO SUL

Com o espanhol à ilharga
A aguentar o repecho castelhano
Que o bandeirante não conheceu!
(...)
Nesta porção meridional
De defesa e repulsa
De expansão do Dragão
De luta e de equilíbrio!
Ciblo e fanal, que se levanta e que ilumina
A terra santa
Do Rio Grande!
O equilíbrio do gênio rio-grandense!
De forças construtivas
Da Nação
Onde se impõe o Rio Grande que parece
Na contribuição espiritual
Na função tutelar
Na energia e na poesia do trabalho
Um Gigante que cresce
Ainda hoje vibrando os corações, ao estelário da Paz
A vibração congênita da Raça
Na viva trama das lições⁸⁹

Segundo Osório o “ambiente” do Rio Grande Sul tornara-se o cenário natural para que nascessem os soldados, pastores e agricultores – soldados de ocasião, de disciplina voluntária, amando a terra, defendendo-a, regando-a, com o sangue e com o suor. Na sua concepção, os escritores deveriam celebrar, nas jornadas coloniais, o primeiro soldado rio-grandense, os dragões que, durante a integração territorial da pátria, em dias atropelados de lutas – de face voltada para o Brasil – desembainharam a lâmina e a alma. Nesse sentido,

⁸⁹ OSÓRIO. 1929. p. 4-5 e 7.

exclamava que não poderia ser deturpado, nem esquecido esse passado em que o coração dos habitantes do *delicioso país do Rio Grande* bateu com as primeiras palpitações da vida do continente, numa história fortemente ligada à do Brasil e que tem o seu lugar nos anais americanos⁹⁰. Para o autor, a ação dos dragões fora fundamental na consolidação das fronteiras do Sul, porém, negligenciava os interesses individuais dos militares, reforçando a abnegação como marga registrada do altruísmo/patriotismo dos mesmos:

O Dragão sem temor e sem jaça
Que ergueu o símbolo da Raça
Raça de numes e titãs
Cuja visão
O Brigadeiro Silva Paes
Pisando os areais do litoral
Transposta a barra
Antecipou numa feliz inspiração
De organizar o Regimento dos Dragões
E fundar o Rio Grande!
Corpo de cobertura, em partidas ligeiras
De atitudes marcantes e altaneiras
Pela alegria virgem das coxilhas
Na tática, já nossa, das guerrilhas,
Nas atribulações que padeceram
Nos seus amores, sonhos e esperanças
De que nasceram
Caros idealismos...
(...)
Em moldes incisivos de bravura
Em motivos de amor
Expressão alta e pura

⁹⁰ OSÓRIO. 1937a. p. 12-14.

BREVES ENSAIOS ACERCA DE VIVÊNCIAS LITERÁRIAS NO RIO
GRANDE DO SUL

Da Epopeia dos Fronteiros!
Abnegados Brasileiros
Quando em vibrantes clarinadas
O Rio Grande amanhecia
No dealbar continentino
Do sentido legendário e na poesia
De um Povo – Paladino, aos fulgores marciais
Onde a Musa acariciou os próprios Generais
Os generosos Capitães
Em claras profecias de civismo
Em linhas esculturais
Pedindo o egrégio hino
A orquestração
Das comemorações
Em metros livres⁹¹

Uma espécie de verniz de ilustração aparece como uma das características das obras de Fernando Luís Osório, buscando o autor demonstrar um vasto cabedal de leituras, não revelando, no entanto, maiores afinidades teóricas para com os autores citados. Referências diversas pululam ao longo dos trabalhos do escritor gaúcho, no sentido de legitimar uma certa intelectualidade aos mesmos, porém, sem maiores preocupações de ordem hermenêutica, notadamente em seus trabalhos de natureza “histórico-sociológica”. Em sua produção de caráter literário essa característica também se faz presente, caso de vários dos autores citados ao longo da *Legenda Continentina*, caso de Basílio da Gama, Victor Hugo, Voltaire e Alvarenga Peixoto.

⁹¹ OSÓRIO. 1929. p. 9 e 10.

Basílio da Gama:
Serás lido, Uruguay, em toda parte
Batismo do Dragão de Gomes Freire
Pelo fogo da Arte... (p.13)
(...)
Ao ritmo da Pátria, Victor Hugo dizia
Que Roma tomaria
Por legionários os Dragões de França
De capacetes e cimeira
Crinas ao ar
Na agitação, no desfraldar febril de uma bandeira
Dragões que Rome eut pris
Pour des legionnaires
Assim como Voltaire
No cálamo sonoro
Cia, em versos de ouro
Ce corps fier et rapide (p.14)
Semblabe au dragon, qu'il eût jadis pour guide
Toujours prêt, toujours prompt...
Condoreiras alturas
Para o moto
De Alvarenga Peixoto
Os heróis das mais altas cataduras
Principiam a ser patrícios nossos⁹²

Um dos maiores objetivos de Osório em seus trabalhos acerca da atuação dos dragões esteve ligado à tentativa de enaltecer a atuação de alguns de seus antepassados, inter-relacionando-os aos atos de “bravura” e “heroísmo” dos dragões e de seus “herdeiros” e à própria evolução histórica rio-grandense-do-sul. Além de glorificar, através de longos estudos genealógicos, a “tradição heroica” da família

⁹² OSÓRIO. 1929. p. 13 e 14-15.

BREVES ENSAIOS ACERCA DE VIVÊNCIAS LITERÁRIAS NO RIO GRANDE DO SUL

Osório, na edificação do Rio Grande do Sul, Fernando Luís Osório teve um cuidado especial em buscar absolver, no “julgamento da história”, o seu antepassado, Tomaz Luiz Osório, que fora acusado como um dos principais culpados da invasão espanhola do século XVIII. Apesar de propor um “método moderno” de biografias, Fernando Osório não deixava de utilizar seus estudos, como muitos de seus coetâneos, na forma de uma lição histórica, de modo que os atos dos “grandes homens” – em especial seus ascendentes – pudessem servir de “exemplo” para a posteridade. A título de exemplo, na *Legenda Continentina*, aparece o seguinte trecho:

Como eram livres os Dragões
No seu lampejo da vontade
E na mobilidade
Dos versos fortes e modernos fixando
Os traços eternos do Rio Grande
Nos seus éstos, impulsos, decisões
Progênie da beleza e patriotismo
De talentos, virtudes, heroísmo
Desde o comando de Tomaz Osório
Coronel de Dragões e mártir do dever
Mais do que o território
A defender e manter
Para o Brasil voltando a frente⁹³

Nesse contexto, Fernando Osório explicava que o dragão fora um dos principais articuladores históricos na criação de uma “alma gaúcha”. De acordo com essa premissa, destacava o regimento dos militares como

⁹³ OSÓRIO. 1929. p. 11.

símbolo perfeito das tradições de belicosidade e de paz, num admirável conjunto de conquistas de toda sorte, formando-se o patriarcado rio-grandense no solar das estâncias, núcleo de famílias de escol. E resumia, declarando que, com o Dragão, plasmara-se o sentimento continentino, o idealismo, o quixotismo consciente, o lirismo heroico da grandeza de uma raça como símbolo perfeito das tradições de belicosidade e de paz, num admirável conjunto de conquistas de toda sorte, formando-se o patriarcado rio-grandense no solar das estâncias, núcleo de famílias de escol⁹⁴. Defensor ardoroso da ideia da edificação de um monumento que reproduzisse os “feitos” dos “heróis fundadores” da “civilização gaúcha”, Osório não deixou de manifestar esse intento na *Legenda Continentina*:

A fremir na figura de bronze do Dragão, símbolo
que se alteia
Do chão dos Pampas, verde pedestal
Onde se definiram e bateram
Duas metrópoles, Espanha e Portugal
Duas colônias e depois
Três povos e três pátrias...
Como se a sua própria estátua
Projetasse numa só miragem
Em centenas de estátuas de centauros
Feitas do branco mármore da coragem
De um dragonário romano...
A coragem acesa como a flama do ideal
Ciblo e fânal
Interior que não se apaga
Na forja do cadinho americano!⁹⁵

⁹⁴ OSÓRIO. 1937a. p. 10-12.

⁹⁵ OSÓRIO. 1929. p. 17.

A obra *Legenda Continentina*, de certo modo, expressava uma verdadeira síntese dos pressupostos lançados ou repetidos por Fernando Osório acerca dos dragões, em asserções que, muitas vezes, viriam a transformar-se em axiomas junto à intelectualidade gaúcha, ou ainda, verdades absolutas que, pela constante recorrência, viriam a ser incorporadas à mentalidade coletiva rio-grandense-do-sul. A aceitação das asseverações entabuladas por Osório foi tão notória, que seus versos chegaram a ser publicados, na íntegra, sob o título *Legenda dos Dragões*, junto à *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, uma das edições mais conceituadas da época, expressão da intelectualidade rio-grandense. Nessa linha, Fernando Osório, em prosa e verso, daria uma contribuição decisiva para a mitificação da figura do dragão gaúcho e, através da *Legenda Continentina* tinha a oportunidade, inclusive de ampliar os horizontes de divulgação desse mesmo mito, apresentando-o através de uma forma de leitura mais acessível e, quem sabe, até mais popular. Assim, *Legenda Continentina* passava a figura dentre as obras de Fernando Luís Osório acerca dos dragões, as quais encontrariam ressonância na produção intelectual no Rio Grande do Sul, num processo pelo qual, repetindo certas premissas e, sendo de muitos modos reproduzido, criaria verdadeira rede discursiva, plasmando e consolidando uma identidade tanto para o dragão quanto para as inter-relações do mesmo para com a formação histórica rio-grandense-do-sul.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**



9 786589 557647

ISBN: 978-65-89557-64-7